



ACRESCE

**Diagnóstico para o desenvolvimento
do Acre: Educação**

REALIZAÇÃO



Neste relatório foram utilizados dados do Censo da Educação Básica de 2022, pesquisa anual realizada pelo INEP, com o objetivo de servir de ferramenta para conhecer a situação educacional das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, de modo a acompanhar a efetividade das políticas públicas. Serão destacadas as informações sobre as escolas, com uma visão geral por município e regiões, por dependência, oferta, localização, localização diferenciada e forma de ocupação da escola.

Visão Geral

O Estado do Acre, no ano de 2022, tinha 1.523 escolas de Educação Básica em diferentes redes de ensino. Cerca de 56,7% dessas escolas eram municipais, administradas pelas prefeituras. As escolas estaduais correspondiam a 40,1% do total. Uma pequena porcentagem, cerca de 2,7%, eram escolas particulares, operadas por instituições privadas. As escolas federais representavam 0,5% do total.

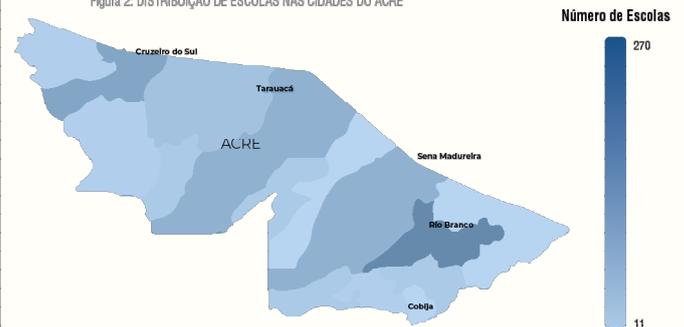
Figura 1: PERCENTUAL DE ESCOLAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



Fonte: Censo Escolar, INEP, 2022.

O mapa abaixo revela a distribuição de escolas por município. A capital Rio Branco se destaca com a maior quantidade de escolas: 270 instituições de Ensino Básico. Essa concentração pode ser atribuída ao fato de Rio Branco ser a capital, a cidade mais populosa e possuir uma infraestrutura educacional mais desenvolvida. Na situação oposta, Acrelândia é o município que apresenta o menor número de escolas, apenas 11 unidades.

Figura 2: DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS NAS CIDADES DO ACRE



Fonte: Censo Escolar, INEP, 2022.

Em termos de meso e microrregião, a distribuição pode ser vista nas tabelas abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de escolas por mesorregião do Acre.

Mesorregião	Quantidade de Escolas
Vale do Acre	77,4
Vale do Juruá	671

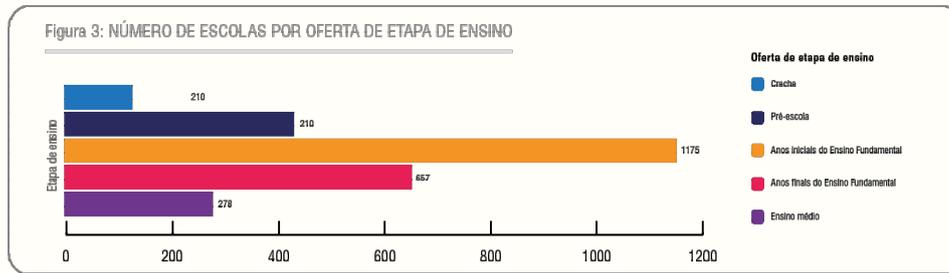
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 2 - Distribuição de escolas por mesorregião do Acre.

Mesorregião	Quantidade de Escolas
Rio Branco	418
Cruzeiro do Sul	370
Tarauacá	301
Sena Madureira	241
Brasiléia	192

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

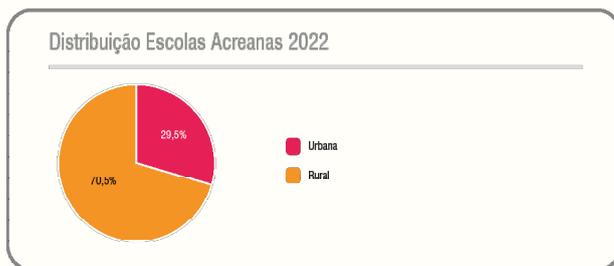
As etapas de ensino com mais oferta de escolas são os anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, com respectivamente 1.175 e 657 escolas. Em 2022, existiam 210 escolas com serviço de creche, representando 13,8% do total de escolas no Estado.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Quanto à distribuição espacial, 70,5% das escolas acreanas estão na zona rural e 29,5% em zona urbana. Em termos de total de matrículas, a relação inverte-se com as escolas urbanas concentrando 66,9% das matrículas do ensino fundamental e 76,2% das matrículas do ensino médio.

Em localização diferenciada, estão 23,6% das escolas, sendo 15% em terra indígena e 8,6% em área de assentamento.



Fonte: Censo Escolar Básica, INEP (2022).

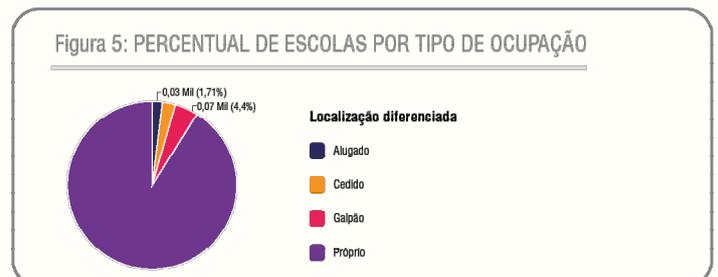


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).



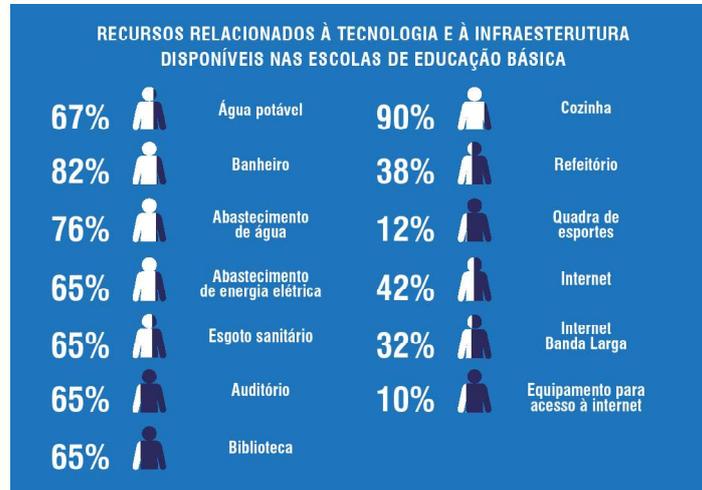
Fonte: Censo Escolar Básica, INEP (2022).

A ocupação dos prédios escolares acontece de forma variada e em diferentes proporções. Cerca de 92% dos prédios escolares são de propriedade da instituição educacional, sinalizando que a maioria das escolas possui controle direto sobre suas instalações. Além disso, cerca de 4,4% dos prédios escolares estão localizados em galpões. Uma parcela de 1,9% dos prédios é cedida, o que significa que são feitos acordos ou parcerias com outras entidades ou órgãos governamentais. Por fim, um percentual de 1,7% dos prédios escolares é alugado, indicando que ocupam espaços de terceiros mediante um contrato de aluguel.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Figura 6 - DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O infográfico acima indica a disponibilidade de recursos nas 1.523 escolas de Educação Básica. Os recursos com maior percentual de disponibilidade são os considerados mais básicos, como presença de cozinha, banheiro e abastecimento de água nas dependências da escola. Apesar dessas estruturas estarem presentes em quase todas as escolas do Estado, observa-se um grande contraste quando é feita uma

comparação com a presença de estruturas adicionais como auditórios, bibliotecas e equipamentos para acesso à Internet aos alunos. Quando essa mesma análise é realizada com recorte de dependência administrativa, nota-se a defasagem existente entre as redes federal e privada e as redes municipal e estadual, como indica a tabela abaixo.

Tabela 3 - DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM RECORTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.

Recurso	Estadual (n=611)	Federal (n=7)	Municipal (n=864)	Privada (n=41)
Água potável	66%	100%	65%	100%
Banheiro	81%	100%	81%	100%
Abastecimento de água	80%	100%	73%	100%
Abastecimento de energia elétrica	63%	100%	65%	100%
Esgoto sanitário	53%	100%	57%	100%
Auditório	7%	86%	2%	37%
Biblioteca	6%	100%	4%	51%
Cozinha	88%	71%	92%	80%
Refeitório	41%	100%	33%	71%
Quadra de esportes	16%	86%	6%	68%
Internet	47%	100%	36%	100%
Internet banda larga	37%	100%	25%	98%
Equipamentos de acesso a internet	15%	100%	3%	78%

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Censo da Educação Básica - Matrículas

Visão Geral

No ano de 2022 foram registradas 254.295 matrículas nas 1.523 escolas de Educação Básica no Estado. No ano anterior, foram 255.274 matrículas nas 1.547 escolas, indicando uma queda de quase mil alunos na rede de Educação Básica. Em relação ao tamanho médio de escolas, em 2022 o volume foi de 167

matrículas por escola no Estado. Os municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá apresentaram o maior número de matrículas, com 57% do total de matrículas do Estado. Juntos somaram 145.503 matrículas. A escola com maior quantidade de alunos fica em Rio Branco, com 1.367 matrículas ativas.

Tabela 4: QUANTIDADE DE MATRÍCULAS POR MUNICÍPIO.

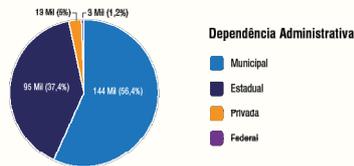
Município	Quantidade de Matrículas
Acrelândia	3942
Assis Brasil	3756
Brasileia	6822
Bujari	3859
Capixaba	3591
Cruzeiro do Sul	30123
Epitaciolândia	4558
Feijó	12852
Jordão	3798
Máncio Lima	7058
Manoel Urbano	3702
Marechal Thaumaturgo	6559
Plácido de Castro	4699
Porto Acre	5706
Porto Walter	5024
Rio Branco	99621
Rodrigues Alves	7496
Santa Rosa do Purus	3000
Sena Madureira	11567
Senador Guiomard	6903
Tarauacá	15759
Xapuri	4300

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Ao avaliar as matrículas em Educação Básica por dependência administrativa, percebe-se predomi-

nância da rede estadual, com 56,4%, e a rede municipal respondendo por 37,4%, das matrículas.

Figura 7: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

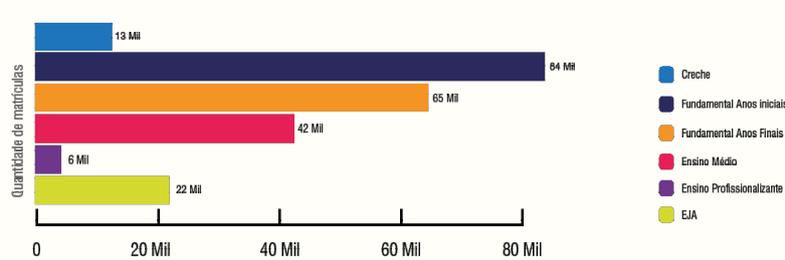


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A maior concentração das matrículas está nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com 84

mil e 55 mil, respectivamente, como mostra o gráfico abaixo.

Figura 8: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS POR ETAPA DE ENSINO

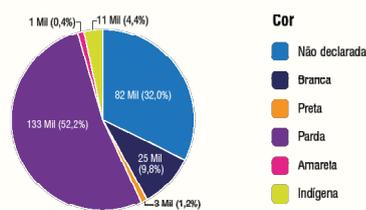


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Com relação à cor, percebe-se a predominância de alunos de cor parda (52,2%), seguida por alunos de cor não declarada (32,0%). O total de não declara-

ções de cor no Estado do Acre está acima do percentual nacional de 27,5%, considerando todas as etapas da Educação Básica.

Figura 9: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS POR COR

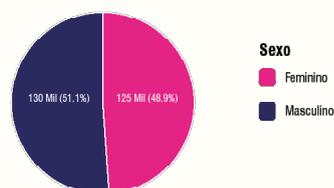


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Quanto à distribuição de sexo, há cinco mil matrículas a mais de pessoas do sexo masculino que pes-

soas do sexo feminino. Isso representa 2,2% do total de matrículas no Estado.

Figura 10: DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS POR SEXO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Considerando a idade dos estudantes matriculados na rede de Ensino Básico do Acre, existe uma grande concentração entre as idades de 6 e 14 anos.

Esse é o intervalo médio de ingresso e permanência nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O ensino passa a ser considerado integral quando o aluno permanece em aula por sete ou mais horas. No gráfico a seguir, é indicada a quantidade de alunos matriculados em regime integral por etapa de ensino, desde o período de creche até o Ensino Mé-

dio. O Ensino Médio apresenta a maior quantidade de alunos que estudam nesse regime, com 5,3 mil, o que representa 12,8% de todos os alunos nesta etapa de ensino.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Com relação ao turno das aulas de Ensino Básico, mais de 90% são realizadas no turno da manhã. Somente 7,8% dos alunos matriculados frequentam o

Ensino Básico durante a noite. Cerca de 0,2% estuda no modelo remoto de ensino a distância, via Internet.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Docentes, Turmas, Recursos Humanos, Acesso à Internet e TI, Dependências Físicas das Escolas, Equipamentos das Escolas e Infraestrutura Básica.

Docentes

No ano de 2022 foram registrados 12.677 docentes nas 1.523 escolas de Educação Básica. Em 2021, foram registrados 9.695 docentes nas 1.547 escolas. A razão de docente por escola cresceu de 6,3 para 8,3, indicando que houve maior investimento na contrata-

ção de novos professores. Abaixo, a Tabela 5 mostra a proporção por dependência do Ensino Básico. As escolas federais possuem a maior razão, enquanto as escolas municipais, a menor.

Tabela 5 - RAZÃO DOCENTE-ESCOLA POR DEPENDÊNCIA.

Dependência	Qt. Docentes	Qt. Escolas	Docentes por Escola
Federal	281	7	40
Privada	719	41	18
Estadual	6.609	611	11
Municipal	5.068	864	6

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

No gráfico abaixo, pode-se perceber que escolas de anos finais do Ensino Fundamental são as que possuem maior quantidade de professores, revelando

as creches como escolas que possuem menor quantidade na composição do corpo docente.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A maior proporção de escolas se concentra nas etapas do Ensino Médio e nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

apresentam menor quantidade de escolas, apesar de apresentarem a maior proporção de professores.

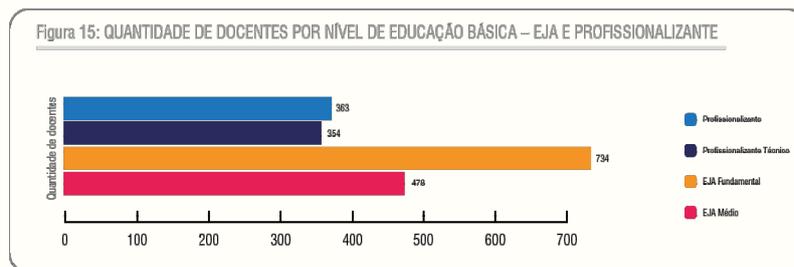
Tabela 6 - RAZÃO DOCENTE-ESCOLA POR ETAPA DE ENSINO.

Etapa de ensino	Qt. Docentes	Qt. Escolas	Docentes por Escola
Médio	2.540	278	9,1
Fundamental final	5.137	657	7,8
Creche	700	210	3,3
Pré-Escola	1.497	520	2,9
Fundamental inicial	2.905	1.175	2,5

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Considerando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Profissionalizante, o resultado é se-

melhante — maior quantidade de professores no nível fundamental, como mostra a figura a seguir:



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Turmas

Em 2022, o Estado do Acre registrou 12.103 turmas nas 1.523 escolas de Ensino Básico. Isso indica que cada escola possui, em média, 7,9 turmas. A tabela 7 mostra a proporção do Ensino Básico por

dependência administrativa. As escolas federais possuem, comumente, uma quantidade de turmas maior do que as escolas de outras esferas administrativas.

Tabela 7 - RAZÃO TURMA-ESCOLA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.

Dependência	Qt. Turmas	Qt. Escolas	Turmas por Escola
Federal	118	7	16,86
Privada	620	41	15,12
Estadual	6.221	611	10,18
Municipal	5.144	864	5,95

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

No gráfico abaixo, observa-se que as escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental são as que possuem maior quantidade absoluta de turmas, enquan-

to os cursos profissionalizantes técnicos têm menor quantidade de turmas.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Ao considerar a quantidade de turmas, quando analisamos o total de matrículas informado pelo Cen-

so Escolar, é possível ter uma ideia do tamanho das salas de aula do Estado.

Tabela 8 - QUANTIDADE DE TURMAS POR ETAPA DE ENSINO.

Etapa de ensino	Qt. Turmas	Qt. Matrículas	Matrículas por turma
EJA Médio	289	8335	28,8
Médio	1.719	41.636	24,2
Prof. Técnico	222	5.371	24,2
Profissionalizante	233	5.544	23,8
EJA Fundamental	657	13.950	21,2
Creche	641	12.879	20,1
Pré-Escola	1.533	24.481	16,0
Anos Finais Fund.	4.052	7.692	1,9
Anos Iniciais Fund.	3.054	4.836	1,6

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A tabela acima revela que as etapas de educação com maior aglomeração nas turmas são EJA médio, Ensino Médio e Profissional Técnico. As turmas dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

apresentam baixa razão. Talvez seja indicativo de que muitas escolas não estão preenchendo completamente suas turmas.

Recursos Humanos

Esta seção do relatório ressalta a composição dos profissionais e funcionários que atuam nas escolas, com base no Censo Escolar, que considera as seguintes 15 funções de profissionais atuantes nas escolas:

- Auxiliares de secretaria ou auxiliares administrativos, atendentes;
- Auxiliar de serviços gerais, porteiro(a), zelador(a), faxineiro(a), horticultor(a), jardineiro(a);
- Bibliotecário(a), auxiliar de biblioteca ou monitor(a)

da sala de leitura;

- Bombeiro(a) brigadista, profissionais de assistência à saúde (urgência e emergência), enfermeiro(a), técnico(a) de enfermagem e socorrista;
- Coordenador(a) de turno/disciplina;
- Fonoaudiólogo(a);
- Nutricionista;
- Psicólogo(a) escolar;
- Profissionais de preparação e segurança alimentar, cozinheiro(a), merendeiro(a) e auxiliar de cozinha;
- Profissionais de apoio e supervisão pedagógica: pedagogo(a), coordenador(a) pedagógico(a), orienta-

dor(a) educacional, supervisor(a) escolar e coordenador(a) de área de ensino;

- Secretário(a) escolar;
- Segurança, guarda ou segurança patrimonial;
- Técnicos(as), monitores(as), supervisores(as) ou auxiliares de laboratório(s), de apoio a tecnologias educacionais ou em multimeios/multimídias eletrônico/digitais;
- Vice-diretor(a) ou diretor(a) adjunto(a), profissionais responsáveis pela gestão administrativa e/ou financeira;
- Orientador(a) comunitário(a) ou assistente social.

Abaixo, a tabela 9 mostra que Rio Branco e Cruzeiro do Sul possuem a maior quantidade de funcionários em suas escolas de Educação Básica, sendo também os municípios que mais têm escolas, com 270 e

179 unidades, respectivamente. Rio Branco conta com 16,3 funcionários por escola e Cruzeiro do Sul com 9,2.

Tabela 9 - QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS POR MUNICÍPIO.

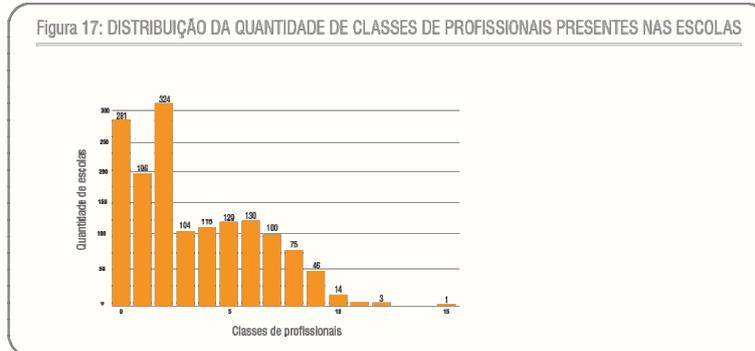
Município	Total de funcionários
Rio Branco	4.389
Cruzeiro do Sul	1.646
Sena Madureira	554
Tarauacá	505
Feijó	495
Marechal Thaumaturgo	408
Senador Guiomard	387
Brasileia	300
Porto Walter	299
Rodrigues Alves	296
Mâncio Lima	293
Plácido de Castro	274
Jordão	240
Epitaciolândia	213
Porto Acre	209
Santa Rosa do Purus	206
Assis Brasil	183
Xapuri	180
Bujari	178
Manoel Urbano	159
Acrelândia	145
Capixaba	135

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A seguir, a distribuição de classes de funcionários nas 1.523 escolas de Ensino Básico. O gráfico demonstra que o pico ocorreu, no início, com três classes de profissionais em 324 escolas, o que corresponde

a 21% do total. Escolas com nenhum ou apenas um profissional correspondem, respectivamente, a 18% e 13% do total de escolas de Ensino Básico.

Figura 17: DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE CLASSES DE PROFISSIONAIS PRESENTES NAS ESCOLAS



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A tabela seguinte mostra que as classes mais frequentes de profissionais pertencem às áreas de alimentação (53,9%), pedagogia (53,1%) e serviços gerais

(52,0%). As classes menos frequentes são assistência social (3,8%), saúde (0,9%) e fonoaudiologia (0,2%).

Tabela 10 - QUANTIDADE DE ESCOLAS COM AO MENOS UM FUNCIONÁRIO DA CLASSE E FREQUÊNCIA RELATIVA AO TOTAL DE ESCOLAS.

Classe	Qt. Escolas	Frequência
Alimentação	821	53,9%
Pedagogia	808	53,1%
Serviços Gerais	792	52,0%
Administrativos	650	42,7%
Gestão	435	28,6%
Secretário	404	26,5%
Bibliotecário	254	16,7%
Nutricionista	243	16,0%
Coordenador	181	11,9%
Monitores	134	8,8%
Segurança	118	7,7%
Psicólogo	79	5,2%
Assistente Social	58	3,8%
Saúde	14	0,9%
Fonoaudiólogo	3	0,2%

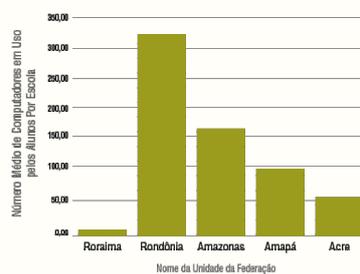
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Acesso à Internet e TI

A seguir, temos informações sobre o acesso dos professores, alunos e administradores a diferentes ferramentas de tecnologia, obtidas com o Censo da Educação, que considera os seguintes equipamentos:

- Computador Portátil;
- Desktop;
- Tablet.

Figura 18: NÚMERO MÉDIO DE COMPUTADORES EM USO PELOS ALUNOS POR ESCOLA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Ao analisar o acesso às diferentes ferramentas tecnológicas nas escolas, observamos que Rondônia

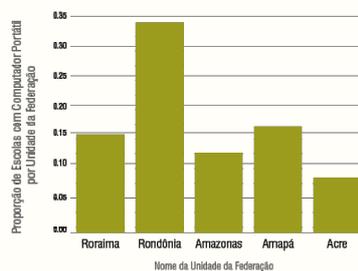
se destaca com o maior número médio de computadores em uso por aluno/escola, totalizando 325.

Computadores Portáteis

Com uma proporção de 34%, Rondônia se destaca como a unidade da Federação com a maior proporção de escolas com computador portátil, 184,45%

superior ao percentual do Amazonas, que tem a menor proporção (12%).

Figura 19: PROPORÇÃO DAS ESCOLAS COM ACESSO A COMPUTADORES PORTÁTEIS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O Estado do Acre apresenta uma proporção de 13% de escolas com computadores portáteis. Na comparação com outras escolas da Região Norte, o Estado

mostra que, mesmo que a média de computadores por aluno não seja tão elevada, o acesso a computadores portáteis nas escolas é significativo.

Desktops

Rondônia lidera a Região Norte quanto ao número de escolas com desktops, (47%), superando em

165,35% o Estado do Acre, que registra a menor proporção, com 18%.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tablets

Em relação à proporção de escolas com tablets por unidade federativa, Rondônia se destaca com um índice 332,98% maior do que o Acre, que registra a

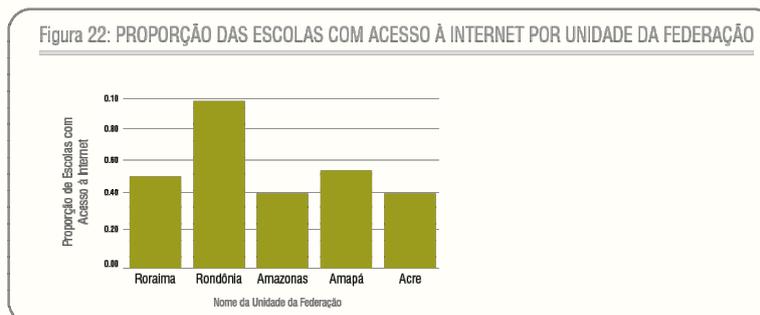
menor proporção. Esses números revelam que Rondônia é o Estado da Região Norte que apresenta o maior acesso à infraestrutura tecnológica analisada.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

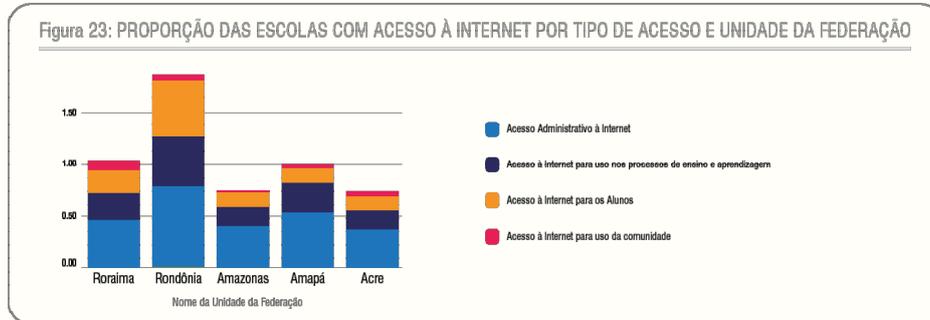
Rondônia lidera na Região Norte, com a maior proporção de escolas com acesso à Internet, alcançando 79%, um percentual bem mais alto em relação ao

Amazonas, que registra a menor proporção de escolas com acesso à Internet, com 39%.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O Acre também enfrenta desafios nessa área, com uma proporção de 39% das escolas tendo acesso à Internet.



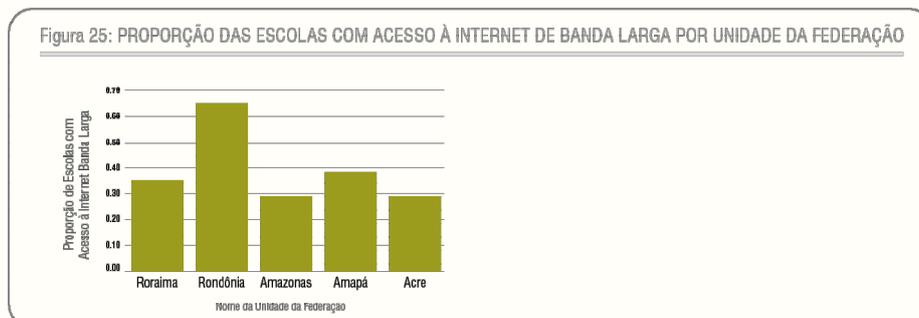
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Rondônia se destaca com o maior acesso administrativo escolar à Internet, alcançando 75%, um volume superior ao que acontece no Acre, que registra o menor acesso administrativo, com 35%. O acesso administrativo à Internet e o acesso à Internet para ensino e aprendizagem podem estar correlacionados de forma positiva, sendo provável que também haja mais acesso à Internet para alunos e professores nas esco-

las com maior acesso administrativo. Em geral, dentre as cinco unidades da Federação analisadas, os índices de acesso à Internet diferem, com o acesso administrativo variando de 35% a 75%, o acesso à Internet para uso no ensino e aprendizagem variando de 19% a 56%, e o acesso à Internet para os alunos variando de 13% a 41%.



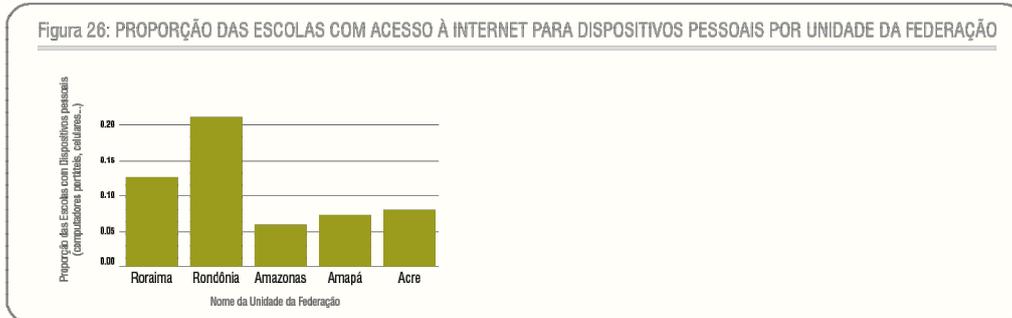
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Rondônia se destaca como o Estado da Região Norte com a maior proporção de escolas que possuem acesso à Internet banda larga, com 64%, um percentual 120,96% maior do que o encontrado no Amazo-

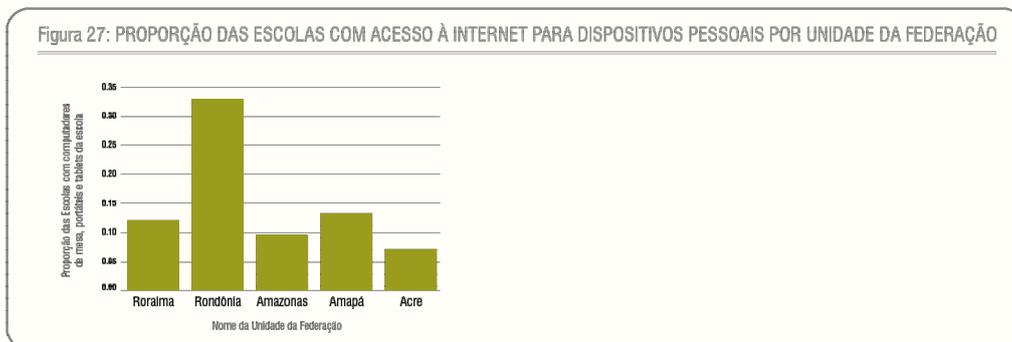
nas, que registra a menor proporção de escolas com acesso à Internet banda larga, com 29%. O Estado do Acre apresenta uma proporção de 30% de escolas com acesso à Internet banda larga.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Com uma proporção de 20%, Rondônia se destaca como o Estado com mais acesso à Internet para dispositivos pessoais, como computadores portáteis, celulares e tablets. Essa proporção é 243,92% maior do que a do Amazonas, que registra a menor propor-

ção de escolas com esse tipo de acesso, com 6%. O Acre, por sua vez, apresenta uma proporção de 8% de escolas com acesso à Internet para dispositivos pessoais.



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Com uma proporção de 34%, Rondônia lidera como o Estado analisado neste estudo com a maior proporção de escolas que fornecem acesso à Internet aos alunos por meio de computadores de mesa, portáteis e tablets da própria escola, em locais como

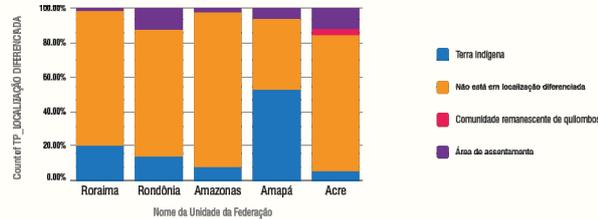
laboratório de informática, biblioteca e sala de aula. Essa proporção é 380% maior do que a do Acre, que registra a menor proporção de escolas com acesso à Internet pelos alunos por meio desses equipamentos, com 7%.

Dependências Físicas das Escolas

Nesta seção, o relatório apresenta a distribuição das escolas por tipo de localização diferenciada, ressaltando a situação no Estado do Acre. A base do INEP considera quatro tipos diferentes de classificação

— a escola que não está em área de localização diferenciada; área de assentamento; terra indígena; área situada em comunidade remanescente de quilombos.

Figura 28: DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO TIPO DE LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA DAS ESCOLAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

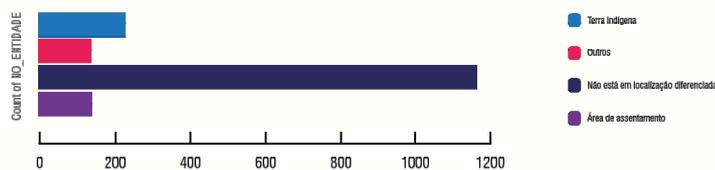


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Na categoria “Não está em localização diferenciada”, o Estado do Amazonas apresentou a maior porcentagem, com 42,26% do total. Essa categoria foi a que teve o maior número de ocorrências, com um total de 7.572 nos estados analisados. Em seguida, estão as categorias Terra Indígena, Área de Assentamento e Comunidade Remanescente de Quilombos. O Estado do Acre teve o percentual de 76,47% do total de esco-

las na categoria “Não está em localização diferenciada”. Não foi mencionado o número de escolas em terras indígenas para o Acre, mas é importante notar que “Não está em localização diferenciada” teve a maior média com 1.500 ocorrências. Os valores encontrados para o Estado do Acre podem ser encontrados na Figura 29, a seguir.

Figura 29: DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO TIPO DE LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA DAS ESCOLAS PARA O ESTADO DO ACRE



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

A maioria das escolas está em locais não diferenciados, com 1.170 de 1.657 escolas. As instituições escolares situadas em Terras Indígenas vêm em

segundo lugar, com 229 no total. Nenhuma escola foi encontrada em Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Equipamentos das Escolas

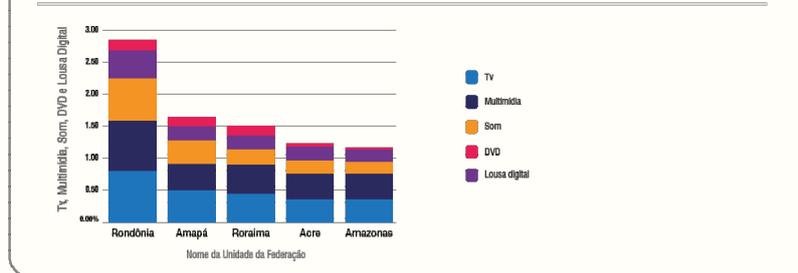
Nesta seção, há informações sobre os tipos de tecnologias disponíveis para os estudantes nos estados analisados. As tecnologias avaliadas são:

- DVD/Blu-ray;
- Aparelho de som;
- Televisão Lousa digital;
- Datashow Videocassete;

- Retroprojetor;
- Fax;
- Máquina fotográfica/filmadora.

A primeira figura compara as proporções, por escola, de cada uma das tecnologias que estavam disponíveis na base do INEP.

Figura 30: PROPORÇÃO DE PRESENÇA DOS EQUIPAMENTOS POR ESCOLA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

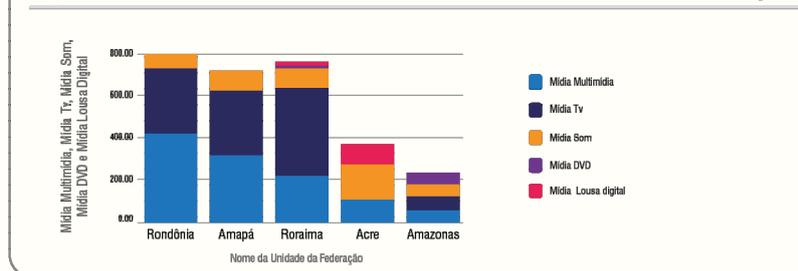


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Entre as cinco unidades federativas, Rondônia apresentou a maior proporção de escolas com TV (80%), um percentual superior a 100% maior que o Estado do Amazonas, que tem a menor proporção (37%). As escolas com TV (34%) e Multimídia (76%) mostraram em geral uma correlação positiva. No entanto, no Estado do Acre, onde a TV é de 38% e a Multimídia de 34%, observou-se uma correlação negativa

entre essas duas variáveis. Além disso, a variação na proporção de escolas com aparelhos de som, em todos os estados do País, foi de 22% a 68%. A simples presença desses equipamentos não é suficiente para tirar conclusões sobre a difusão do seu uso. Para isso, vamos observar o número médio, por escola, de cada um desses equipamentos.

Figura 31: NÚMERO MÉDIO POR ESCOLA DE CADA EQUIPAMENTO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Dentre os cinco estados avaliados, Rondônia apresentou a mais alta média de número de aparelhos de Multimídia por escola, com 434%, que é 635% superior ao total do Acre, que teve a menor média (59%). A média de Multimídia e a média de TV, que variou de

59% a 427%, mostraram em geral uma correlação positiva. Além disso, a variação na média de Aparelhos de Som, em todas as unidades da Federação, ficou entre 59% e 102%.

Infraestrutura Básica

Este segmento do relatório se destina à análise da infraestrutura das escolas de Educação Básica, em relação à energia, água, esgoto e gestão de resíduos, tendo por referência microdados do INEP 2022. A conexão entre a existência dessas infraestruturas e a

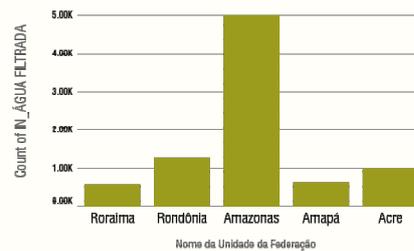
presença de pessoal adequado será considerada, bem como a importância desses elementos para a criação de um ambiente de aprendizado adequado. Os principais aspectos analisados são: acesso à água, energia, esgoto e tratamento de lixo.

Água

Dois gráficos de barras ilustram o acesso à água nas escolas do Acre, sob o aspecto quantitativo, destacando as diferenças no fornecimento de água

potável entre as escolas. Por meio de representações visuais, é possível perceber melhor a distribuição e a qualidade do acesso.

Figura 32: NÚMERO DE ESCOLAS COM ACESSO À ÁGUA POTÁVEL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

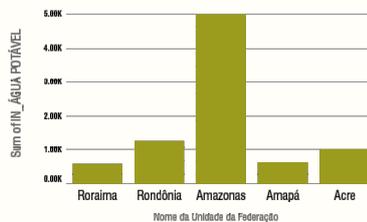


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O gráfico de barras demonstra a distribuição do acesso à água potável nas escolas de diferentes estados brasileiros. Amazonas se destaca com mais escolas que têm acesso à água potável, totalizando 4.999, um número 783% maior do que o de Roraima, o Estado

com a menor contagem — 566 escolas. O Estado do Acre apresentou 1.020 escolas com acesso à água potável, posicionando-se em um patamar intermediário em relação a Amazonas e Roraima.

Figura 33: NÚMERO DE ESCOLAS COM ACESSO À ÁGUA POTÁVEL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDA PARA ANÁLISE

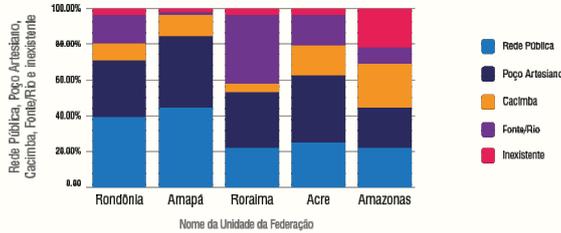


Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

O gráfico de barras a seguir ilustra a distribuição de diferentes fontes de água nas escolas de cinco unidades federativas brasileiras, incluindo a rede pública, poço artesiano e cacimba. O Amazonas lidera com a maior contagem de escolas abastecidas pela rede pública, totalizando 1.299, um número que é 380% maior do que o do Amapá, que tem a menor contagem, com 270 escolas. Existe uma correlação positiva entre a

rede pública e o poço artesiano, indicando que onde há um, geralmente há o outro. Amazonas representa 44% do total de escolas abastecidas pela rede pública. Em todas as cinco unidades federativas, a rede pública varia de 270 a 1.299, o poço artesiano, de 327 a 1.962, e a cacimba, de 80 a 382. No Acre, existem 378 escolas abastecidas pela rede pública, 357 por poço artesiano e 382 por cacimba.

Figura 34: DISTRIBUIÇÃO SOBRE DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO À ÁGUA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDA PARA O ESTUDO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 11 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO A ÁGUA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

NO UF	Rede Pública	Poço Artesiano	Cacimba	Fonte/Rio	Inexistente
Roraima	379	327	80	172	23
Rondônia	637	582	164	23	12
Amazonas	1.299	1.962	224	2.299	124
Amapá	270	353	159	173	34
Acre	378	357	382	171	359

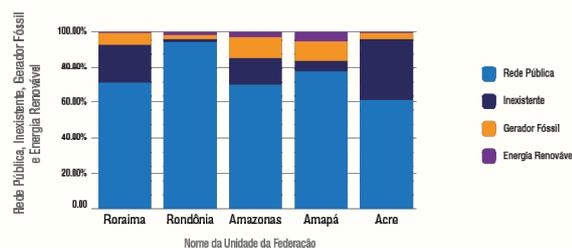
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Energia

O gráfico de barras a seguir ilustra a distribuição de diferentes fontes de energia nas escolas de cinco estados brasileiros, incluindo a Rede Pública, a Inexistente e o Gerador Fóssil. Amazonas, o maior Estado da região, lidera com a maior contagem de escolas abastecidas pela Rede Pública, totalizando 3.807, um número que é 510% maior do que o de Roraima, que tem a menor contagem, com 624 escolas. Existe uma

correlação positiva entre a Rede Pública e a Inexistente, indicando que onde há uma, em geral, a outra está presente. Amazonas revelou que 52% de suas escolas são abastecidas pela Rede Pública. Em todos os cinco estados, a Rede Pública varia de 624 a 3.807, a Inexistente de 27 a 956, e o Gerador Fóssil de 19 a 663. No Acre, existem 933 escolas abastecidas pela Rede Pública, 530 sem energia e 58 com Gerador Fóssil.

Figura 35: DISTRIBUIÇÃO SOBRE DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO A ENERGIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 12 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO A ENERGIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

NO UF	Rede Pública	Inexistente	Gerador Fóssil	Energia Renovável
Roraima	624	180	73	7
Rondônia	1195	27	19	14
Amazonas	3.807	956	663	128
Amapá	702	60	79	53
Acre	933	530	58	12

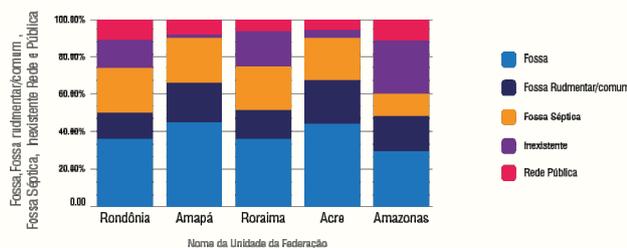
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Esgoto

O próximo gráfico de barras mostra a distribuição de diferentes sistemas de esgoto nas escolas de cinco estados brasileiros, incluindo Fossa, Fossa Rudimentar/Comum e Fossa Séptica. A liderança na contagem de escolas com sistema de fossa ficou com o Estado do Amazonas, totalizando 3.302, um número que é 536% maior do que o total de Roraima, com a menor contagem (519 escolas). Existe uma correlação positiva entre a presença de fossa e fossa rudimentar/

comum, indicando que onde há uma, em geral, a outra também está presente. Amazonas representa 53,32% do total de escolas com sistema de fossa. Em todos os cinco estados, a presença de fossa varia de 519 a 3.302; a fossa rudimentar/comum, de 195 a 1.210, e a fossa séptica, de 274 a 2.092. No Acre, existem 656 escolas com sistema de fossa, 382 com fossa rudimentar/comum e 274 com fossa séptica.

Figura 36: DISTRIBUIÇÃO SOBRE DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO A ESGOTO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 13 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE ACESSO A ENERGIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

NO UF	Fossa	Fossa comum	Fossa Séptica	Inexistente	Rede Pública
Roraima	519	195	324	200	170
Rondônia	1.004	464	540	53	200
Amazonas	3.302	1.210	2.092	1.577	623
Amapá	712	365	347	72	101
Acre	656	382	274	656	235

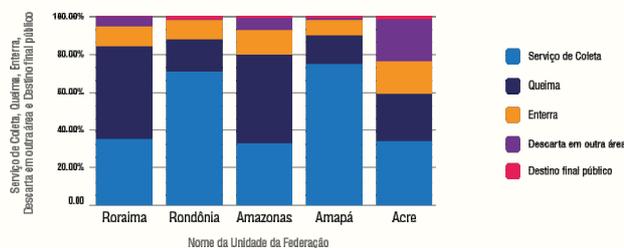
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Lixo

O gráfico de barras seguinte ilustra a distribuição de diferentes métodos de gestão de resíduos nas cinco unidades da Federação, incluindo Serviço de Coleta, Queima e Enterra. O Amazonas, sendo o maior Estado da região, lidera com o maior número de Serviço de Coleta, alcançando 2.025, um valor que é 446% maior do que o de Roraima, que tem o menor número, com 371. Existe uma correlação positiva entre o Ser-

viço de Coleta e a Queima total, indicando que onde o índice de um é alto, o outro também tende a ser. O Amazonas representa 45% do total do Serviço de Coleta. Em todas as cinco unidades da Federação, escolhidas para o estudo,, o Serviço de Coleta varia de 371 a 2.025, a Queima de 260 a 3.120, e o Enterra de 75 a 764. No Acre, existem 561 Serviços de Coleta, 437 de Queima e 284 de Enterra.

Figura 37: DISTRIBUIÇÃO SOBRE DIFERENTES FORMATOS DE DESCARTE DE LIXO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 14 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE DESCARTE DE LIXO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

NO UF	Serviço de coleta	Queima	Enterra	Descarta em outra área	Destino final público
Roraima	371	518	96	46	3
Rondônia	953	260	126	10	23
Amazonas	2.025	3.120	764	466	39
Amapá	555	359	75	14	8
Acre	561	437	284	399	17

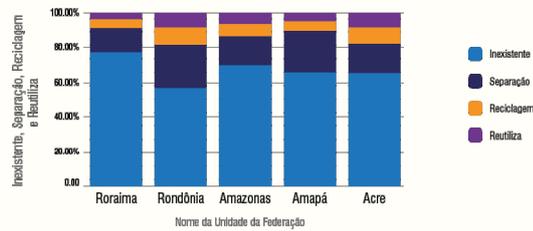
Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tratamento de Lixo

O gráfico de barras a seguir apresenta como é a distribuição dos diferentes indicadores de tratamento de lixo nos cinco estados do Norte, incluindo Inexistente, Separação e Reciclagem. Amazonas lidera com a maior contagem no item Inexistente, totalizando 5.146, um número que é 629% maior do que o de Amapá, que tem a menor contagem, com 706. Existe

uma correlação positiva entre Inexistente e Separação, indicando que onde há uma, em geral, existe a outra. Amazonas representa 55% do total de Inexistente. Nos cinco estados, o indicador Inexistente varia de 706 a 5.146, Separação, de 133 a 1.070 e Reciclagem, de 46 a 547. No Acre, existem 1.569 Inexistentes, 321 Separação e 213 Reciclagem.

Figura 38: DISTRIBUIÇÃO SOBRE DIFERENTES FORMATOS DE TRATAMENTO DE LIXO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

Tabela 15 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE TRATAMENTO DE LIXO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDA PARA O ESTUDO.

NO UF	Inexistente	Separação	Reciclagem	Reutiliza
Roraima	799	133	46	43
Rondônia	1.049	423	185	166
Amazonas	5.146	1.070	547	504
Amapá	706	216	58	55
Acre	1.569	321	213	213

Fonte: Censo Escolar, INEP (2022).

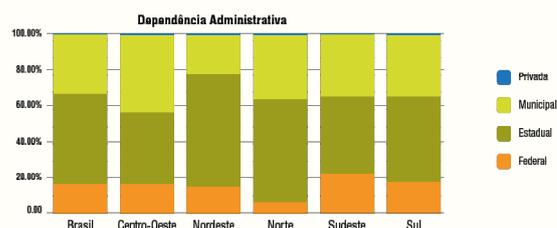
Escolaridade – Caracterização Demográfica

A Figura 39 apresenta informações relevantes sobre a distribuição das escolas públicas e privadas nas diferentes regiões do País. Na Região Norte, o percentual de matrículas em escolas privadas é menor em comparação com a média nacional, o que destaca a importância do investimento público na Educação Básica, principalmente em regiões de população com menor poder aquisitivo.

No Acre, as redes estadual e municipal de ensino são responsáveis por manter a educação e coordena-

nar as políticas educacionais no Estado, evidenciando a necessidade da participação pública na garantia do acesso e da qualidade da educação, considerando as particularidades regionais. As prioridades estabelecidas incluíram a formação superior dos professores, a revisão do plano de cargos e salários e a melhoria da infraestrutura das escolas, além de aspectos relacionados à qualidade da educação e aprendizagem dos alunos.

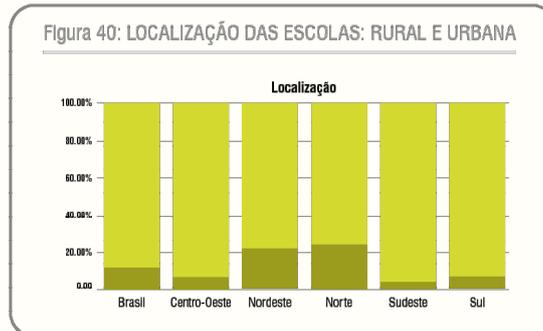
Figura 39: DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DAS ESCOLAS POR REGIÃO BRASILEIRA



Fonte: INEP (2022).

Na sequência, a Figura 40 ilustra a distribuição geográfica das escolas na Região Norte do Brasil. Essa visualização destaca que o Norte é a região com o maior percentual de matrículas em escolas rurais, representando 21,51% das matrículas, em comparação com a média nacional de 11,59%. Ao considerar as

transformações ocorridas na política educacional do Acre e a distribuição das escolas e matrículas, a predominância de matrículas rurais evidencia a necessidade de abordar as particularidades regionais para garantir a equidade na educação.

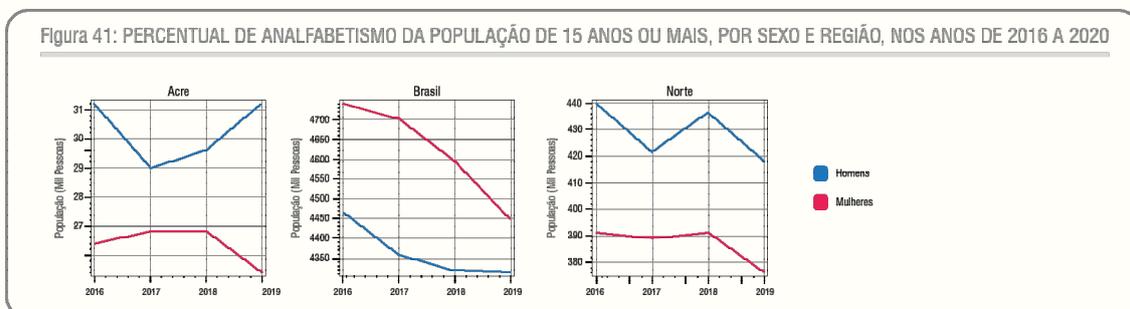


Fonte: INEP (2022).

Acessibilidade

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), no Acre e na Região Norte do Brasil observa-se maior taxa de

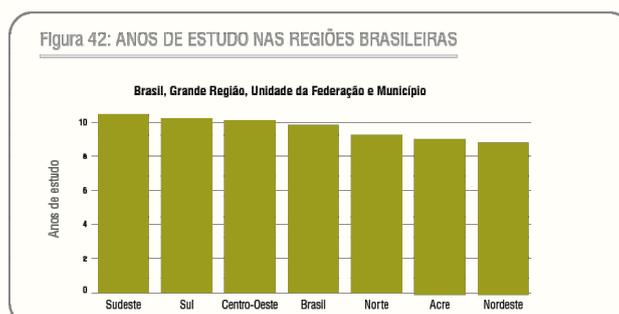
analfabetismo entre os homens, em comparação às mulheres. A Figura 41 evidencia essa diferença.



Fonte: SIDRA/IBGE (2022).

A Figura 42 mostra o número médio de anos de estudo por região do País, apontando o Norte como a segunda região com menor índice. Esse dado ressalta a necessidade de superar desafios para garantir

educação de qualidade na região. Fatores como a concentração de populações rurais, a falta de infraestrutura educacional e a precariedade na formação de professores podem contribuir para esse cenário.



Fonte: SIDRA/IBGE (2022).

A Figura 43 apresenta a porcentagem de turmas no Acre em que o professor possui diploma compatível com a disciplina que leciona. Apenas 36,3% dos professores do Ensino Fundamental e 54,2% dos professores do Ensino Médio possuem diploma correspondente à disciplina que lecionam. Essa realidade

pode impactar de forma negativa o desempenho dos alunos e a qualidade da educação no Estado. A situação é mais crítica no ensino de Matemática, refletindo a carência estrutural no ensino dessa disciplina em nosso País.



Fonte: Moderna, 2021.

A Figura 44 destaca o desafio enfrentado pelo Acre em relação à conclusão do Ensino Médio pelos estudantes. Conforme mostrado no gráfico, a cada 100 estudantes que ingressam na escola, 63 conseguem concluir essa etapa. Esse resultado reforça as preocupações levantadas nas análises anteriores sobre a qualidade da educação no Estado. A baixa taxa de conclusão do Ensino Médio indica que os desafios

na educação acreana se estendem também à permanência e ao sucesso dos estudantes. A interação entre os fatores mencionados nos parágrafos anteriores — como a falta de infraestrutura adequada, a qualificação insuficiente dos professores e o acesso limitado a recursos educacionais — pode estar contribuindo para o cenário apresentado.



Fonte: Moderna, 2021.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

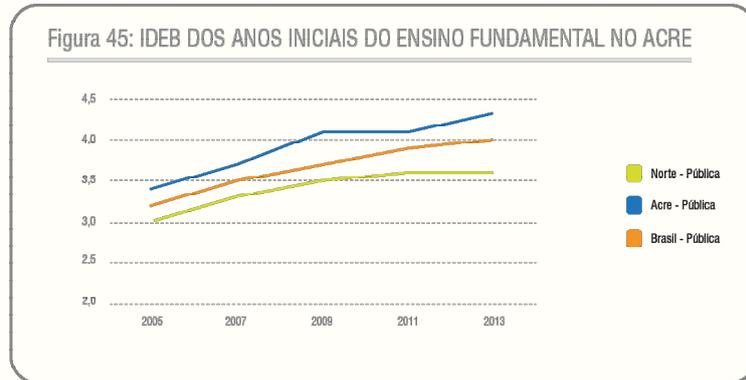
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de progresso educacional que avalia a qualidade do ensino em escolas públicas e privadas no Brasil. É calculado com base no desempenho dos alunos em avaliações padronizadas e nas ta-

xas de aprovação, fornecendo uma visão abrangente dos avanços e desafios enfrentados pelo sistema educacional. No contexto do Acre, analisar os resultados do IDEB é essencial para compreender o impacto das políticas educacionais implementadas e identificar

áreas que precisam de maior atenção e investimento.

A Figura 45 mostra o IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, revelando uma tendência de melhoria no desempenho dos estudantes. Essa evolução

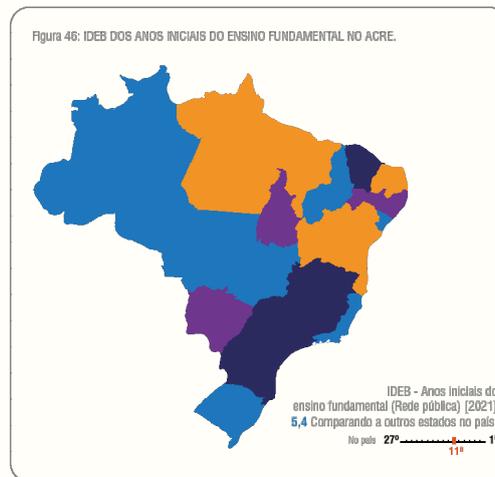
positiva reflete os esforços empreendidos pelo Estado para melhorar a qualidade da educação, incluindo a formação de professores e o aprimoramento na infraestrutura das escolas.



Fonte: Elaborado por Joana Buarque de Gusmão, 2016.

Na Figura 46 podemos ver o desempenho dos estados brasileiros no IDEB, com os estados coloridos de acordo com suas notas. Em 2021 o Acre destaca-

va-se como o líder da Região Norte, ocupando a 11ª posição no ranking nacional em relação ao Ensino Fundamental.

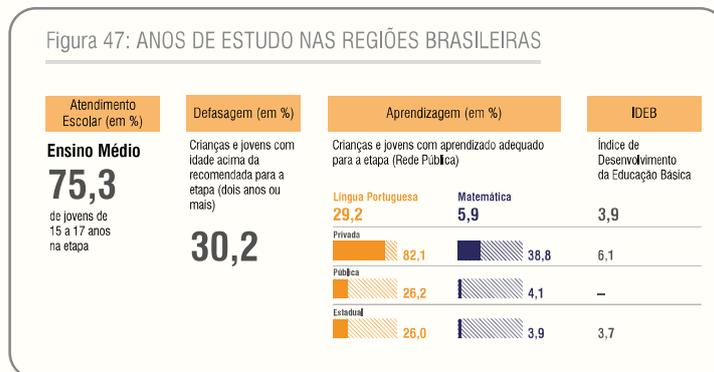


Fonte: Cidades IBGE: Panorama ACRE.

A Figura 47, logo a seguir, apresenta o desempenho dos alunos do Ensino Médio no Acre e a nota do IDEB em 2021. Dentre os jovens de 15 a 17 anos, 75,3% cursam o Ensino Médio, mas 30,2% deles estão em defasagem em relação ao ano recomendado. Além disso, somente 5,9% dos estudantes apresentam

aprendizagem adequada em Matemática, evidenciando a necessidade de aprimorar o ensino dessa disciplina no Estado. Ao comparar as notas do IDEB, as escolas privadas apresentam um desempenho superior, com nota média de 6,1, em contraste com a rede pública estadual, que alcança 3,7.

Figura 47: ANOS DE ESTUDO NAS REGIÕES BRASILEIRAS



Fonte: Moderna, 2021.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO ACRE

A Educação Profissional é uma modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), regulamentada pela Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O objetivo da Educação Profissional é transmitir competências aos indivíduos, incluindo habilidades, conhecimentos e atitudes, consideradas necessárias para desempenhar uma ou mais atividades profissionais de forma eficiente, ou seja, de capacitar pessoas e integrá-las ao mercado de trabalho, preparando-as para exercerem suas funções de maneira plena.

Este relatório tem o propósito de retratar o cenário atual do Sistema de Ensino Profissional no Estado do Acre, considerando potencialidades, desafios e impactos dessa modalidade de ensino na qualificação profissional e na qualidade de vida da população no período de 2017 a 2020, em cada um dos 22 municípios. Será feita uma comparação do Acre com os estados da Região Norte do Brasil – Amapá (AP), Amazonas (AM), Roraima (RR) e Rondônia (RO).

Para este relatório, foram consultadas as bases de dados (fontes primárias) do Censo Escolar, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica,

elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED)¹; a base de dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)²; a base do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro do Tesouro Nacional³; a base Censo Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴; o mapa de demandas por Educação Profissional do Ministério da Educação e Cultura / Secretarias de Minas Gerais⁵; dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)⁶ e dados do Anuário Estatístico da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁷.

O arcabouço legal que compõe a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também integra este relatório. Vale observar que a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 14.533/2023, que instituem a Política Nacional de Educação Digital, alteram a própria Lei nº 9.394/1996, entre outros dispositivos que tratam da LDB. Também foram consultadas algumas fontes de dados secundários, como notas técnicas do IBGE⁸ e o Relatório PISA 2018, da Diretoria de Avalia-

¹<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data>

²<https://www.oecd.org/pisa/data/2018database/>

³<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=aF54bEbfgd9EOJUShh4i67B.node2>

⁴<https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1185-censo-escolar-educacao-basica.html>

⁵<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNWxZTNkYjltNmFmZS00NTNhLTlmZTgtY2I4OGY-3ZDhmNjAzIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVlNzYtNGlyYi05YzUzLWQ0M0M0NWU5YzkyZC9>

⁶<https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/#>

⁷https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario_empregos.htm

⁸<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/lacunas-de-informacao/lacunas-tematicas-diferencas-conceituais-e-demandas/3619-diferencas-conceituais-entre-pesquisas-do-inep-e-do-ibge.html>

ção da Educação Básica (DAEB) / INEP⁹. O Brasil apresenta os piores desempenhos no ranking mundial do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) – pesquisa comparativa realizada a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O PISA avalia estudantes de 15 anos em diversos países, medindo o grau de conhecimento e as habilidades essenciais para a vida atual.

Na edição PISA/2018 participaram 80 países, e o resultado revelou que a maioria dos estudantes brasileiros, nessa faixa de 15 anos, não alcança o nível considerado o mínimo necessário para o exercício pleno da cidadania, atingindo em Matemática (68,1%), em Ciências (55%) e em Leitura (50%). Ao comparar o desempenho com outros países da América do Sul, o Brasil ocupa a última posição em Matemática, empatando, estatisticamente, com a Argentina, ambos com

384 e 379 pontos, respectivamente. Em melhores posições estão Uruguai (418), Chile (417), Peru (400) e Colômbia (391). Em Ciências, o Brasil também figura na última colocação, ao lado da Argentina e do Peru, empatados com 404 pontos. Chile (444), Uruguai (426) e Colômbia (413) ocupam melhores posições nessa área. Quanto à Leitura, o Brasil é o segundo pior do ranking sul-americano, com 413 pontos, empatando com a Colômbia (412). Nas últimas posições para Leitura estão Argentina (402) e Peru (401). Quando a comparação é feita com a média da pontuação dos países da OCDE, conforme demonstrado na Tabela 17, o Brasil apresenta resultados ainda mais baixos nas principais áreas avaliadas. Em razão da COVID-19, a prova prevista para 2021 foi aplicada no primeiro semestre de 2022, mas os resultados estão apenas parcialmente disponíveis.¹⁰

Tabela 16 - NÚMERO DE ESCOLAS POR DIFERENTES FORMATOS DE TRATAMENTO DE LIXO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDA PARA O ESTUDO.

Áreas do Conhecimento	Pontuação (média) países da OCDE* ¹	Pontuação Brasil	Posição do Brasil do ranking* ²
Ciências	489 pontos	404 pontos	64 ^o e 67 ^o lugar
Leitura	487 pontos	413 pontos	55 ^o e 59 ^o lugar
Matemática	489 pontos	384 pontos	69 ^o e 72 ^o lugar

*¹ Pontuação varia de 0 a 1.000.

*² Posição do ranking é apresentada em faixas por considerar margem de erro de 5%.

Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados da OCDE.

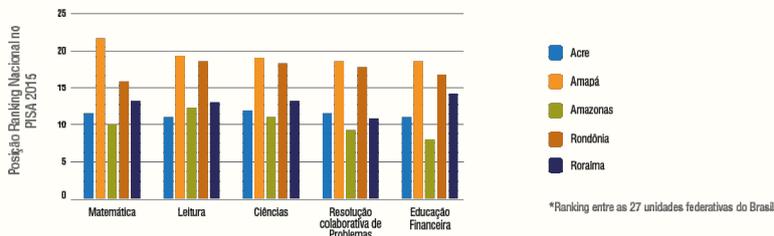
Os dados do PISA/2018 foram agrupados por região e não permitem estratificação dos resultados por Estado. Entretanto, conforme o Gráfico 1, no ranking de unidades federativas do Brasil, por notas do PISA referentes a 2015, entre os estados comparados, Amazonas, Acre e Roraima obtiveram as melhores performances em Matemática, ocupando o 10^o, 12^o e 13^o lugares, respectivamente. Rondônia (16^o lugar) e Amapá (22^o lugar) apresentaram performances mais modestas. Quanto à Leitura, Acre conquistou o 11^o lugar, seguido de perto por Amazonas e Roraima, no 12^o e 13^o lugares. Em contrapartida, Rondônia (18^o lugar) e Amapá (19^o lugar) figuram com menores desempenhos. Na área de Ciências, Amazonas (11^o), Acre (12^o)

e Roraima (13^o), mais uma vez se destacaram. Rondônia (18^o) e Amapá (19^o) apresentaram desempenhos mais baixos. Quando se trata de Resolução Colaborativa de Problemas, os estados do Amazonas (9^o), Roraima (11^o) e Acre (12^o) garantiram os melhores desempenhos entre os estados comparados. Por outro lado, Rondônia e Amapá enfrentaram mais dificuldades, ficando em 17^o e 18^o lugares. A Educação Financeira também entrou em destaque, com Amazonas liderando em 8^o lugar, seguido por Acre em 11^o e Roraima em 14^o, enquanto Rondônia e Amapá foram classificados em 17^o e 23^o lugares, respectivamente.

⁹<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/relatorio-brasil-no-pisa-2018>

¹⁰https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2022_a5ee2d75-en#page1

Gráfico 2: PERFORMANCE DOS ALUNOS DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA NO RANKING DE UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL, POR NOTA DO PISA REFERENTE A 2015.*

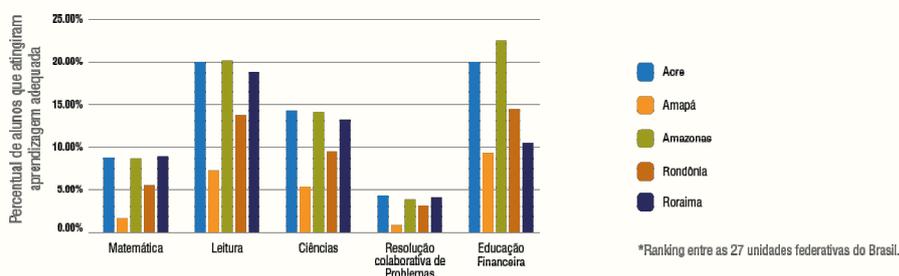


Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados da OCDE.

O Gráfico 3 apresenta o ranking das unidades federativas do Brasil, por nota do PISA, referentes a 2015. Em relação à quantidade de alunos que atingiram e/ou ultrapassaram o nível básico de conhecimento esperado, entre os estados comparados, Roraima (8%), Acre (7,9%) e Amazonas (7,7%) estão estatisticamente empatados, apresentando maiores percentuais de alunos com Aprendizagem adequada em matemática. Rondônia (5,7%) e Amapá (1,7%) apresentaram menores percentuais de alunos aptos nesta área do conhecimento. Os maiores percentuais na área de Habilidades adequadas em leitura foram obtidos por alunos do Amazonas (20,2%), Acre (20,1%) e Roraima (17,9%), que mais uma vez se destacaram. Rondônia (13,4%) e Amapá (7,3%) apresentaram performances

mais modestas. Em Ciências, Acre (13,9%) e Amazonas (13,7%) seguem empatados, pouco à frente de Roraima (12,7%), com as melhores performances nessa área. Rondônia (9,2%) e Amapá (5,4%) figuram com menores performances. Quanto à capacidade de resolver problemas de forma colaborativa, o desempenho dos alunos do Acre (4,2%) e de Roraima (4%) apresenta-se bem baixo, seguido dos alunos amazonenses (3,7%). Com percentuais ainda menores ficaram Rondônia (2,5%) e Amapá (1%). Em Educação Financeira, os alunos do Amazonas (22,3%), Acre (20%) e Roraima (15,8%) repetiram um desempenho de destaque, dentre os estados comparados. Rondônia e Amapá apresentaram 14,2% e 3,9%, respectivamente, de alunos com conhecimentos mínimos em educação financeira.

Gráfico 3: PERCENTUAL DE ALUNOS COM APRENDIZAGEM ADEQUADA NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA NO PISA REFERENTE AO PISA 2015



Fonte: Elaborado por Instituto Sapien, com base em dados do DEED / INEP/ MEC.

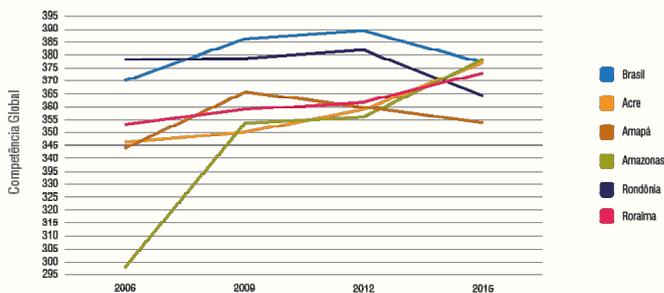
De acordo com o Gráfico 4, o desempenho médio do Brasil, no PISA, teve uma pequena variação, entre 2015 e 2018, mantendo-se estável desde o PISA/2009. Durante o período analisado, o País registrou um aumento geral de 4% em sua performance. Rondônia (2006), Acre (2015) e Amazonas (2015) des-

tacaram-se ao superar ou empatar com a média nacional em algum momento entre 2006 e 2018. O Estado do Amazonas apresentou a melhoria mais significativa, aumentando em 23% a sua performance, seguido por Acre e Amapá, que cresceram 6%. Roraima também teve um avanço positivo de 4%. Por outro lado,

Rondônia foi o único Estado a apresentar redução de performance, com uma queda de 3% no período analisado. No PISA/2018, os dados foram agrupados e

não foi possível analisar a estratificação por Estado. A pontuação obtida pela Região Norte (366) foi inferior à média nacional (384).

Gráfico 4: PONTUAÇÃO GERAL (“COMPETÊNCIA GLOBAL”) DO BRASIL E DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA - PISA 2006-2015

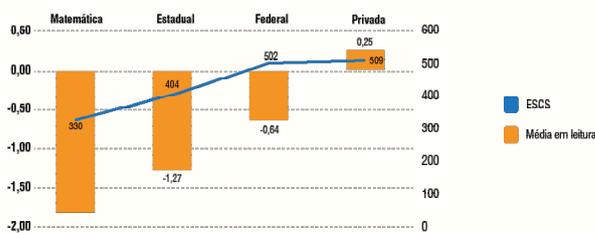


Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados da OCDE.

No Brasil e em outras economias emergentes da América Latina, a associação entre histórico socioeconômico e resultados de aprendizagem é mais forte do que na maioria dos países da OCDE. Na edição 2018, o PISA demonstrou que 67,3% dos alunos brasileiros que concluíram a Educação Básica não atingiram o nível 2 na categoria “proficiência em leitura”, conforme os critérios do IDEB. Nos países da OCDE, a média equivalente foi de 11%. Os padrões são semelhantes nos domínios de Ciências e Matemática. Na mesma edição do PISA, apenas 23% dos alunos do grupo socioeconômico mais baixo alcançaram níveis adequados em leitura. Em escrita, 40% e, em Matemática, 25%. Em comparação, os alunos do grupo socioeconômico mais elevado obtiveram percentuais mais altos, com 68%, 86% e 70% de sucesso em Leitura, Escrita e Matemática,

respectivamente. A comparação entre os estudantes das melhores e piores colocações do ranking Brasil do PISA/ 2015 revelou um enorme abismo, que não é evidente quando se olha apenas a média dos resultados. Conforme demonstrado no Gráfico 4, a análise dos dados do PISA/2018 pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do INEP mostrou correlações entre as condições socioeconômicas dos estudantes em diferentes redes de ensino e seus desempenhos médios nos testes cognitivos de leitura. Os estudantes de escolas particulares e parte dos que estudam em escolas federais alcançaram nível de aprendizagem adequada em Leitura, enquanto a maioria dos alunos das redes estadual e municipal não atingiu nível de aprendizagem satisfatório. Os padrões são semelhantes nos domínios de ciências e matemática.

Gráfico 5: ÍNDICE DE STATUS SOCIOECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL (ESCS) E DESEMPENHO EM LEITURA DOS ESTUDANTES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO PISA 2018

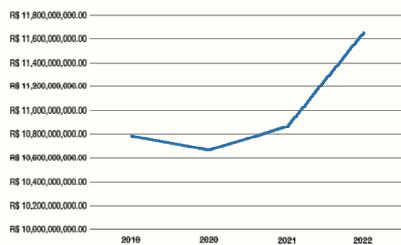


Fonte: Elaborado por DAEB / INEP, com base em dados da OCDE.

O Gráfico 6, a seguir, mostra que os gastos com Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representam em média 11,38% das despesas liquidadas para a área de atuação da Educação no Brasil, o que representa crescimento de 8% entre 2019 e 2022. Não foi possível estabelecer o valor gasto por estudante, uma vez

que a base de dados disponibiliza apenas os valores por função, além de as diferenças conceituais entre a PNAD e INEP dificultarem esse e outros cálculos de taxas¹¹. Também não foi possível estratificar os dados para educação profissional de níveis médio e superior.

Gráfico 6: GASTOS COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PROFISSIONAL (DESPESAS LIQUIDADAS) NO BRASIL – 2019 A 2022

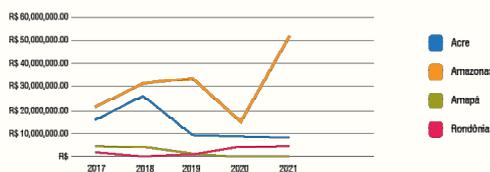


Fonte: Elaborado por Instituto Sapien, com base em dados da Controladoria Geral da União.

Conforme demonstrado no Gráfico 7, Amazonas (R\$ 30.711.374,01) e Acre (R\$ 13.830.106,53) apresentaram, em média, os maiores orçamentos destinados à educação profissional. Amapá (R\$ 2.230.109,94), Roraima (R\$ 2.636.192,82) e Rondônia (R\$ 324.240,67) apresentaram valores menores. Apesar de possuir o segundo maior orçamento entre os estados comparados, o Acre diminuiu (-13%) as despe-

sas com educação profissional no decorrer do período analisado, bem como Rondônia (-6%) e Amapá (-54%). No outro extremo, Amazonas (42%) e Roraima (39%) aumentaram os investimentos em educação profissional. A base de dados está parcialmente disponível para Rondônia, apresentando dados apenas para os anos de 2019 (R\$ 346.115,90) e 2020 (R\$ 302.365,43) e não compõem a série histórica abaixo.

Gráfico 7: GASTOS COM ENSINO PROFISSIONAL (DESPESAS LIQUIDADAS) NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA – 2017 A 2021



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base da SICONFI (Tesouro Nacional).

O Gráfico 8 demonstra que Amapá (31%), Amazonas (18%), Acre (16%) e Rondônia (6%) aumentaram a taxa média de gastos a cada 1.000 estudantes por ano, no Ensino Médio. No outro extremo, Roraima (-9%) diminuiu o valor investido a cada 1.000 estudantes. O Estado do Acre investe uma média de R\$

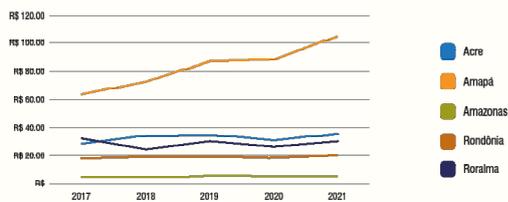
32,71 a cada 1.000 estudantes anualmente matriculados no Ensino Médio, o segundo maior valor entre os estados comparados. Amapá (R\$ 83,31) é o Estado que apresenta a maior taxa, seguido de Roraima (R\$ 28,18), Rondônia (R\$ 18,74) e Amazonas (R\$ 5,05). A taxa permite uma comparação mais justa entre dife-

¹¹<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/lacunas-de-informacao/lacunas-tematicas-diferencas-conceituais-e-demandas/3619-diferencas-conceituais-entre-pesquisas-do-inep-e-do-ibge.html>.

rentes áreas, independentemente do tamanho da população. No entanto, cada Estado comparado possui sua própria realidade financeira (valor total investido)

e demográfica (quantidade de estudantes matriculados), o que influencia diretamente no valor da taxa por cada estudante no Ensino Médio.

Gráfico 8: TAXA MÉDIA DE GASTO POR ESTUDANTE COM ALUNOS NO ENSINO MÉDIO (DESPESAS LIQUIDADAS) NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA –2017 A 2021



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do SICONFI (Tesouro Nacional) e Censo Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora haja exceções em relação à idade exata para que os estudantes comecem a etapa do Ensino Médio, por questões pessoais ou educacionais específicas, no Brasil é esperado que iniciem com a idade de 15 anos. Portanto, o público-alvo da pesquisa do PISA se situa exatamente no período de transição entre a conclusão do Ensino Fundamental e o avanço para o próximo ciclo educacional. Nessa fase, em que os conhecimentos do Ensino Fundamental devem ser aplicados e aprofundados em diversas áreas do conhecimento, é comum que os estudantes comecem a amadurecer suas ideias de carreira e desenvolvam interesses específicos. É a partir desse momento que o ensino profissional pode representar uma opção atrativa para aqueles que desejam ou necessitam trabalhar.

A situação exposta desde a primeira edição do PISA, realizada em 2000, evidencia que muitos estudantes brasileiros enfrentam sérios desafios na compreensão de textos, na resolução de cálculos cotidianos e no entendimento de questões científicas básicas, o que impacta diretamente a atuação profissional. A metodologia adotada pelo PISA reflete o fato de que as economias contemporâneas valorizam os indivíduos cada vez mais, não apenas por seu conhecimento, mas pela habilidade de aplicar esse conhecimento efetivamente, tanto nas situações-problema na sala de aula quanto nos desafios técnicos reais nas empresas. O ensino profissional pretende formar pessoas capazes de aplicar conhecimentos e não simplesmente

treinar executores de tarefas. É, portanto, imperativo que se adotem medidas para aprimorar a qualidade da educação e capacitar os alunos para enfrentar os crescentes desafios de um mundo e um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e tecnológico.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a importante missão de analisar e monitorar a educação no Brasil. Além de colaborar com a OCDE na aplicação do PISA e de utilizar os resultados dessa avaliação internacional para orientar melhorias no sistema educacional brasileiro, o INEP também realiza avaliações educacionais com metodologia própria em todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Dentre as avaliações realizadas pelo INEP, no contexto deste relatório que trata de ensino profissional de nível médio, destaca-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado a cada dois anos, que combina as taxas de aprovação escolar, coletadas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil. Cada escola ou sistema de ensino de todas as redes (privada, federal, estadual e municipal) recebe uma nota de 0 a 10. Quanto maior o índice, melhor o desempenho da educação naquela localidade. A escala é dividida em metas bienais, com projeção de melhoras progressivas das notas a cada

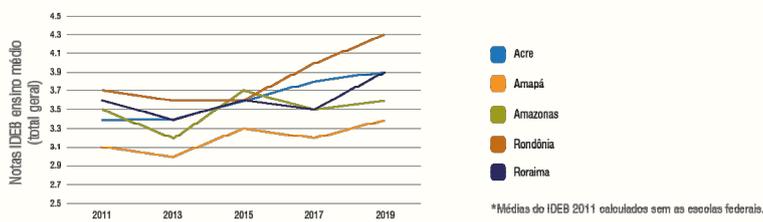
avaliação. A média 6 representa o padrão de qualidade educacional desejado para o País. Esse índice busca refletir a qualidade do sistema educacional, ao considerar tanto o êxito dos alunos nas avaliações quanto a taxa de aprovação nas escolas. Os sistemas educacionais que alcançam resultados mais elevados no IDEB são aqueles que conseguem, simultaneamente, promover maior proficiência nos exames e taxas de aprovação mais altas.

Uma característica metodológica adicional da construção do índice do INEP é a agregação dos resultados divulgados. Na prática, a nota atribuída à rede pública representa uma síntese das performances de todas as dependências administrativas de natureza pública, incluindo federal, estadual e municipal, mas excluindo as escolas rurais e considerando apenas as urbanas. Isso possibilita a apresentação, em âmbito municipal, de notas individuais para cada uma das ins-

tâncias e uma nota para toda a rede pública.

A seguir, o Gráfico 8 demonstra que houve uma evolução progressiva nas notas do IDEB para todos os estados no período em que o Ensino Médio foi avaliado. O Estado do Acre teve sua nota elevada de 3,4 em 2011, para 3,9 em 2019. O Amapá passou de 3,1 em 2011, para 3,4 em 2019. O Amazonas teve uma melhora de 3,5 em 2011, para 3,6 em 2019. Em Rondônia, a nota subiu de 3,7 em 2011, para 4,3 em 2019. Em Roraima, a nota do IDEB passou de 3,6 em 2011, para 3,9 em 2019. Essa evolução indica que causas multifatoriais, incluindo a melhora socioeconômica, impactam positivamente o desempenho dos estudantes e das redes. É importante destacar que, apesar dos avanços, as notas ainda não alcançaram o patamar desejado para atingir a qualidade educacional mínima para o País.

Gráfico 9: TOTAL GERAL DAS NOTAS OBTIDAS PELO ENSINO MÉDIO NO IDEB, NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA – 2011 A 2019.*

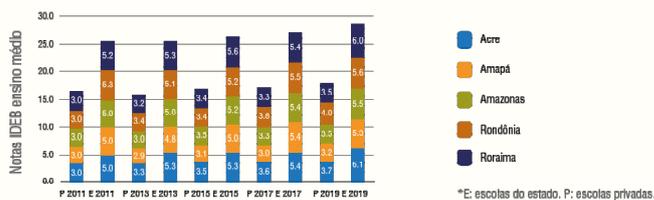


Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do DEED / INEP/ MEC.

Conforme o Gráfico 10, as escolas privadas obtiveram notas mais altas do que as escolas estaduais, em todos os estados e por todos os anos avaliados. No Estado do Acre, as escolas estaduais começaram com uma nota de 3,3 em 2011 e chegaram a 3,7 em 2019. As escolas privadas iniciaram com nota 5,0 em 2011

e alcançaram uma nota de 6,1 em 2019. O mesmo padrão pode ser observado nos demais estados analisados. As escolas privadas apresentaram notas mais altas em todos os anos, mostrando um desempenho superior em comparação às escolas estaduais.

Gráfico 10: NOTAS DO ENSINO MÉDIO NO IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E PRIVADAS NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, RORAIMA E RONDÔNIA – 2011 A 2019.*



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do DEED / INEP/ MEC.

Conforme a Tabela 18, embora nenhum dos 22 municípios do Estado do Acre tenha alcançado a nota projetada pelo IDEB, em 2017 houve melhora progressiva nos resultados, mesmo que distantes do padrão de qualidade desejado (nota mínima 6). Na edição de 2019, cinco municípios alcançaram a meta projetada: Assis Brasil (rede pública), Porto Walter (redes estadual e pública), Rio Branco (rede federal), Santa Rosa

do Purus (estadual e pública) e Sena Madureira (rede federal). O município de Brasiléia, apesar de não ter atingido a meta, obteve a maior nota entre os municípios para escolas das redes pública (4,5) e estadual (4,5). Senador Guiomard apresentou o menor desempenho em ambas as redes (2,8), com a mesma performance de Xapuri para a rede estadual (2,8).

Tabela 17 - NOTAS DO ENSINO MÉDIO NO IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS, ESTADUAIS E FEDERAIS, NOS 22 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE – 2011 A 2019*.

Município	Rede	Nota 2017	Projeção 2017	Nota 2019	Projeção 2019
Acrelândia	Pública	3,6	3,8	3,4	4
Assis Brasil	Pública	3,7	3,9	4,4	4,2
Brasiléia	Estadual	4,2	4,5	4,5	4,7
	Pública	4,2	4,5	4,5	4,7
Bujari	Estadual	4	4,2	-	4,5
	Pública	4	4,2	-	4,5
Capixaba	Estadual	3,6	3,8	3,7	4,1
	Pública	3,6	3,8	3,7	4,1
Cruzeiro do Sul	Estadual	3,5	3,8	3,5	4
	Federal	4,4	4,6	-	4,8
	Pública	3,7	3,9	3,8	4,2
Epitaciolândia	Estadual	3,2	3,4	-	3,7
	Pública	3,2	3,4	-	3,7
Feijó	Estadual	3,7	3,9	3,5	4,1
	Pública	3,7	3,9	3,5	4,1
Jordão	Estadual	-	-	3,6	3,8
	Pública	-	-	3,6	3,8
Máncio Lima	Estadual	3,9	4,1	4,1	4,3
	Pública	3,9	4,1	4,1	4,3
Manoel Urbano	Estadual	3,1	3,3	-	3,5
	Pública	3,1	3,3	-	3,5
Marechal Thaumaturgo	Estadual	-	-	3,3	3,5
	Pública	-	-	3,3	3,5
Plácido de Castro	Estadual	3,7	3,9	4	4,2
	Pública	3,7	3,9	4	4,2
Porto Acre	Estadual	3,7	3,9	4	4,2
	Pública	3,7	3,9	4	4,2
Porto Walter	Estadual	3,3	3,5	3,8	3,7
	Pública	3,3	3,5	3,8	3,7
Rio Branco	Estadual	3,6	3,8	3,7	4
	Federal	4,5	4,7	5,3	4,9
	Pública	3,6	3,9	3,9	4,1
Rodrigues Alves	Estadual	3,7	3,9	3,6	4,1
	Pública	3,7	3,9	3,6	4,1
Santa Rosa do Purus	Estadual	2,4	2,6	3	2,8
	Pública	2,4	2,6	3	2,8
Senador Guiomard	Estadual	3,9	4,1	2,8	4,3
	Pública	3,9	4,1	2,8	4,3
Sena Madureira	Estadual	3,5	3,8	3,7	4
	Federal	3,9	4,2	5	4,4
	Pública	3,7	3,9	4	4,2
Taruacá	Estadual	3,5	3,7	3,6	3,9
	Federal	3,2	3,4	-	3,6
	Pública	3,5	3,7	3,7	3,9
Xapuri	Estadual	-	-	2,8	3
	Federal	4,3	4,5	4,6	4,7
	Pública	3,8	4	3,8	4,2

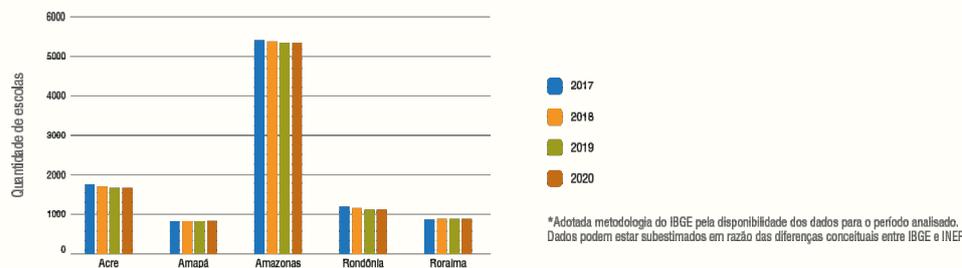
Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do INEP / DEED.

I – Característica da Política de Educação Profissional

O Gráfico 11, a seguir, demonstra que o Amapá (2%) e Roraima (2%) aumentaram a quantidade de escolas de Ensino Médio, mas sem integração com o ensino técnico. No outro extremo, Amazonas (-2%), Acre (-3%) e Rondônia (-4%) diminuíram a quantidade de escolas dessa modalidade. A discrepância na quantidade de instituições de ensino nos estados do Ama-

zonas (5.293), Acre (1.556), Rondônia (1.221), Amapá (848) e Roraima (840) é causada por diversos fatores, dos quais se destacam a diferença populacional, a distribuição geográfica, a estrutura econômica, o histórico de desenvolvimento e questões de político-administrativas.

Gráfico 11: ESCOLAS URBANAS E RURAIS QUE NÃO DEPENDEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA, SEM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA – 2017 A 2020*

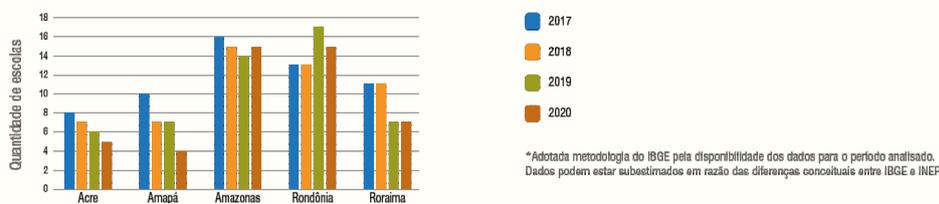


Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do Censo Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme demonstrado no Gráfico 12, Rondônia (15%) aumentou a quantidade de escolas de Ensino Médio com ensino profissional integrado. No outro extremo, Amapá (-50%), Acre (-38%), Roraima (-36%) e Amazonas (-6%) diminuíram a quantidade de escolas dessa modalidade. A discrepância na quantidade

de instituições de ensino nos estados do Amazonas (15), Rondônia (15), Roraima (7), Acre (5) e Amapá (4) possui causas multifatoriais, com destaque para a diferença populacional, distribuição geográfica, estrutura econômica, histórico de desenvolvimento e questões político-administrativas.

Gráfico 12: ESCOLAS URBANAS E RURAIS QUE NÃO DEPENDEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA, COM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA – 2017 A 2020.*



Fonte: Elaborado por Instituto Sapien, com base em dados do Censo Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

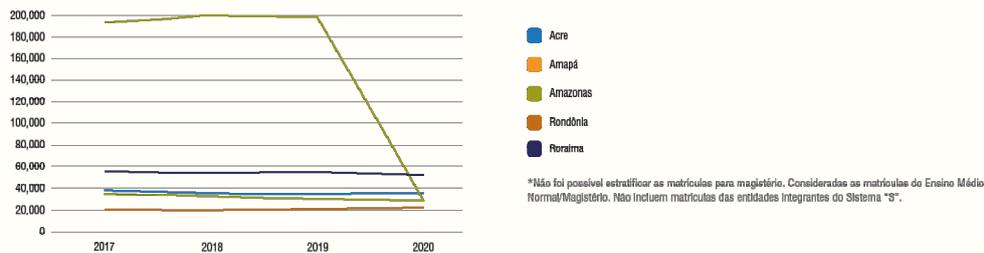
O Gráfico 13 mostra que, para o período de 2017 a 2020, somente em Rondônia houve aumento de 10% na quantidade de matrículas em escolas do Ensino Médio, sem curso técnico integrado e que não

dependem da administração (federal, estadual, municipal e privada) ou das mediações didático-pedagógicas praticadas (presencial, semipresencial e educação a distância – EAD). Nos estados do Amazonas (-86%),

Amapá (-16%), Acre (-4%) e Roraima (-4%), o número de egressos diminuiu. Causas multifatoriais, ocasionadas pela pandemia de COVID-19 em 2020, podem ter impactado no total de matrículas em todos os estados

comparados, no período de 2019 a 2020. A própria situação socioeconômica pode ter sido uma dessas causas, uma vez que estudantes e redes precisavam de infraestrutura e equipamentos para aulas on-line.

Gráfico 13: QUANTIDADE DE MATRÍCULAS EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO QUE NÃO DEPENDEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA, NOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA – 2017 A 2020. *



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do DEED / INEP/ MEC.

O Gráfico 14 revela que, de 2017 a 2020, somente no Estado do Acre (40%) houve aumento na quantidade de matrículas na Educação Profissional, em escolas que não dependem da administração federal, estadual, municipal e privada, ou das mediações didático-pedagógicas praticadas (presencial, semipresencial e educação a distância - EAD). Nos estados de

Roraima (-51%), Amapá (-20%), Rondônia (-19%) e Amazonas (-4%), o número de egressos diminuiu. A pandemia de COVID-19, em 2020, pode ter sido um dos múltiplos fatores para a redução do número de egressos na Educação Profissional de todos os estados comparados entre 2019 e 2020.

Gráfico 14: QUANTIDADE DE MATRÍCULAS EM ESCOLAS QUE NÃO DEPENDEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA, EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA – 2017 A 2020. *



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do DEED / INEP/ MEC.

II – Cursos Oferecidos e Mapa da Demanda da Educação Profissional

Atualmente, os cursos ofertados nos estados comparados, conforme demonstrado na Tabela 19, abrangem uma variedade de eixos tecnológicos que refletem a preocupação de cada um deles em contri-

buir para o desenvolvimento econômico e social, proporcionando melhores perspectivas de empregabilidade e renda para a população local.

Tabela 18: EIXOS TECNOLÓGICOS DOS CURSOS PROFISSIONAIS OFERTADOS PELOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA.

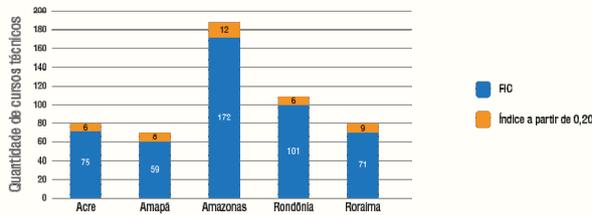
ACRE	AMAPÁ	AMAZONAS	RONDÔNIA	RORAIMA
Ambiente e saúde Recursos Naturais	Ambiente e saúde Gestão e negócios	Ambiente e saúde Gestão e negócios Controle e processos industriais	Recursos Naturais Informação e comunicação	Ambiente e saúde Gestão e negócios
Gestão e negócios	Recursos naturais	Informação e comunicação Recursos Naturais	Ambiente e saúde Controle e processos industriais Gestão e negócios	Recursos Naturais Controle e processos industriais Informação e comunicação
Informação e comunicação	Informação e comunicação	Infraestrutura	Produção industrial	Produção alimentícia
Infraestrutura Desenvolvimento educacional e social	Infraestrutura Controle e processos industriais Produção cultural e design	Segurança	Infraestrutura	Segurança
Segurança Controle e processos industriais	Segurança	Produção cultural e design	Produção alimentícia	Produção industrial
Produção alimentícia	Produção industrial Produção alimentícia Turismo, hospitalidade e lazer	Desenvolvimento educacional e social	Segurança	Infraestrutura
	Desenvolvimento educacional e social	Produção industrial Turismo, hospitalidade e lazer	Turismo, hospitalidade e lazer Produção cultural e design	Turismo, hospitalidade e lazer

Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do MEC / SEDESE-MG / SETEC-MEC.

O Mapa de Demandas por Educação Profissional foi lançado pelo MEC em 2020, em parceria com duas secretarias do Estado de Minas Gerais, a fim de alinhar as ofertas de cursos com as demandas dos setores econômicos, identificando cursos técnicos e de qualificação profissional (FIC) que atendam às ocupações em alta no mercado de trabalho formal. Além de identificar as demandas atuais, esse alinhamento procura compreender a estrutura dos mercados de trabalho locais, as particularidades e vocações econômicas regionais de todos os estados no Brasil. A metodologia aplicada pelo MEC pode ampliar e diversificar a quantidade de eixos tecnológicos já exist-

tentes. Foram sugeridas para o Amazonas (172), Rondônia (101), Acre (75), Roraima (71) e Amapá (59), diferentes quantidades e variedades de cursos de qualificação profissional. As sugestões estão ligadas a um índice que, quanto maior for, maiores as chances de empregabilidade e aumento de renda que o curso possui para o contexto local. De acordo com o Gráfico 15, o Amazonas liderou com 12 sugestões de cursos de qualificação profissional com índices maiores que 0,20, seguido por Roraima com nove sugestões e Amapá com oito. Acre e Rondônia receberam seis sugestões cada, indicando um menor número de cursos com esse potencial.

Gráfico 15: TOTAL DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (FIC) SUGERIDOS PELA METODOLOGIA DO MAPA DE DEMANDAS POR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA.

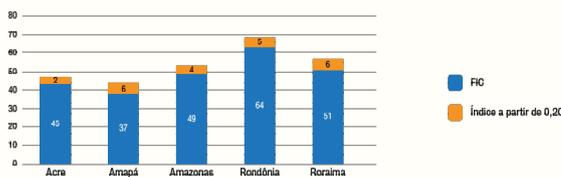


Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do MEC / SEDESE-MG / SETEC-MEC.

O Gráfico 16 demonstra que foram sugeridas diferentes quantidades e variedades de cursos técnicos para Rondônia (64), Roraima (51) Amazonas (49), Acre (45) e Amapá (37). Amapá e Roraima lideraram com seis sugestões de cursos técnicos, com índices

maiores que 0,20 cada, seguidos por Rondônia com cinco sugestões e, o Amazonas com quatro. O Estado do Acre recebeu duas sugestões, indicando um menor número de cursos com esse potencial.

Gráfico 16: TOTAL DE CURSOS TÉCNICOS (TEC) SUGERIDOS PELA METODOLOGIA DO MAPA DE DEMANDAS POR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA.



Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do MEC / SEDESE-MG / SETEC-MEC.

Diante de tão diversificada oferta, os estados podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social, bem como proporcionar melhores perspecti-

vas de empregabilidade e renda para a população local.

Educação Superior

Neste relatório, foram utilizados os dados da base SIDRA-IBGE, expandindo de 2016 até 2019 e 2022. Inclui dados do MEC, obtidos por meio do relatório do ENADE (2021) e do Sistema e-Mec, que expande dados de 2007 até 2021.

A Universidade Federal do Acre, a primeira do Estado do Acre, foi criada em 1964 e contava, em 2020, com mais de 10 mil estudantes e 700 docentes em três campi localizados em Rio Branco, Cruzeiro

do Sul e Brasília. Atualmente, o Estado possui 11 faculdades/universidades – duas são públicas (UFAC e IFAC), quatro são privadas sem fins lucrativos e cinco são privadas, com fins lucrativos. De todas as universidades do Estado, nove estão em Rio Branco, duas em Cruzeiro do Sul e somente a Ufac está presente em mais de um município.

Em matéria divulgada em 2021 pelo portal G1¹², nenhuma das universidades no Estado obteve nota IGC-MEC¹³ máxima (5). As universidades com maiores notas foram as públicas, com a UFAC e IFAC atingindo nota 4. As demais universidades privadas do Estado obtiveram notas 2 e 3. A tabela abaixo é ori-

ginária do Portal e-MEC, indicando todas as universidades/faculdades cadastradas, com sua nota de acordo com três métricas: IGC (Índice Geral de Cursos), CI (Conceito Institucional) e CI-EAD (Conceito Institucional no Ensino a Distância).

Tabela 19 - RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUAS NOTAS.

Instituição	Município	Organização	Categoria Adm.	IGC	CI	CI-EAD
Centro Universitário Estácio Meta de Rio Branco Estácio	Rio Branco/AC	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	4	-
Centro Universitário Uninorte	Rio Branco/AC	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	3	4	4
Centro Universitário U:VERSE	Rio Branco/AC	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	4	4	5
Faculdade Anhanguera de Rio Branco	Rio Branco/AC	Faculdade	Privada com fins lucrativos	-	4	-
Faculdade de Educação Acreana Euclides da Cunha	Rio Branco/AC	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	2	3	3
Faculdade Diocesana São José	Rio Branco/AC	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	4	3	-
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Rio Branco/AC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	4	5	-
ITPAC Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul/AC	Faculdade	Privada com fins lucrativos	-	-	-
Sinal Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Rio Branco/AC	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	2	2	-
UNAMA Faculdade da Amazônia de Rio Branco	Rio Branco/AC	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	-	4	-
Universidade Federal do Acre	Rio Branco/AC	Universidade	Pública Federal	4	4	-

Fonte: Elaborado pelo Instituto Sapien, com base em dados do MEC / SEDESE-MG / SETEC-MEC.

¹²Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/28/das-instituicoes-de-ensino-superior-avaliadas-pelo-mec-no-ac-nenhuma-teve-nota-maxima.ghtml>

¹³O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: (1) média dos CPCs do último triênio relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; (2) média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes, conforme os dados oficiais da CAPES; (3) distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação *stricto sensu*.

As instituições públicas do Estado percorreram trajetórias diferentes e os dados do e-MEC permitem observar sua evolução e melhorias educacionais, utilizando as notas IGC e CI em pesquisas bienais. O IFAC apresentou um crescimento mais acentuado de suas notas, de 2 (IGC), para 3 em 2016, e 4 em 2021. A UFAC apresentou, em 2007, nota 3 (IGC), saltando para nota 4 (IGC) em 2016, e mantendo constância desde então. As instituições privadas, em grande parte, mantiveram suas notas entre 2007 e 2021, com exceção da U:Verse, que saltou de uma nota 2 (IGC) para uma nota 4 (IGC) em 2018, mantendo a mesma nota desde então. Por outro lado, a única instituição que apresentou queda em sua nota foi a UNIMETA, que tinha uma nota 4 (IGC) entre 2014 e 2018, caindo para uma nota 3 (IGF) desde então.

Ao comparar as notas da UFAC com outras federais ou públicas na Região Norte, ela fica um pouco

atrás das notas da UFAM, UFRO e UFRR, mantendo leve liderança, comparada com notas da UFAP. A Região Norte foi a última região a se integrar com a estrutura brasileira, uma vez que muitos de seus estados eram considerados territórios, o que limitou a instalação de universidades e outras instituições de ensino superior. Um reflexo dessa condição é a proporção da população da Região Norte com ensino superior completo ou incompleto.

O relatório do ENADE de 2021 mostra que somente dois cursos alcançaram nota máxima no exame, sendo eles: Pedagogia (Licenciatura) e Ciências Biológicas (Licenciatura). Outros cursos ficaram com notas 3 e 2. O único curso da UFAC que ficou acima da média nacional, no ENADE, foi o curso de Pedagogia (Licenciatura). No campus de Cruzeiro do Sul, nenhum curso atingiu nota 4, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 20 - NOTAS ENADE (2021) DA UFAC.

Rio Branco - AC	Código Curso	Conceito ENADE
Música (Licenciatura)	100024	1
História (Bacharelado)	100026	1
Geografia (Licenciatura)	11529	3
Pedagogia (Licenciatura)	11535	4
História (Licenciatura)	11539	3
Matemática (Licenciatura)	11540	3
Educação Física (Bacharelado)	11542	3
Ciências Biológicas (Licenciatura)	11543	4
Ciências Sociais (Bacharelado)	11544	2
Sistemas de Informação	11554	4
Filosofia (Licenciatura)	115686	3
Educação Física (Licenciatura)	116196	3
Geografia (Bacharelado)	116204	3
Letras - Português (Licenciatura)	119046	4
Letras - Inglês	119048	3
Matemática - (Licenciatura)	1214485	2
Física (Licenciatura)	81516	3
Química (Licenciatura)	81520	3

Fonte: ENADE (2021).

Outro centro de relevância no Estado é o Instituto Federal do Acre (IFAC), que foi submetido à prova do ENADE 2021. A nota máxima foi 3, do curso de Matemática (Licenciatura), no campus de Rio Branco.

Os outros cursos obtiveram nota 2 ou 1. Diferente da UFAC, nenhum dos cursos ofertados pelo IFAC teve nota superior à média nacional.

Tabela 21 - NOTAS ENADE (2021) DA UFAC.

Rio Branco - AC	Código Curso	Conceito ENADE
Ciências Biológicas (Licenciatura)	1168525	2
Matemática (Licenciatura)	1399848	3

Cruzeiro do Sul - AC	Código Curso	Conceito ENADE
Física (Licenciatura)	1192283	2
Matemática (Licenciatura)	5000487	2

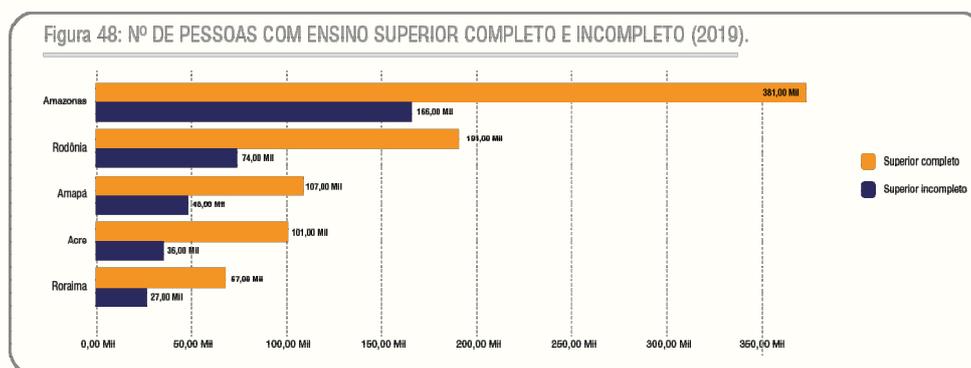
Sena Madureira - AC	Código Curso	Conceito ENADE
Física (Licenciatura)	1153846	1

Xapuri - AC	Código Curso	Conceito ENADE
Química (Licenciatura)	1168526	1

Fonte: ENADE (2021).

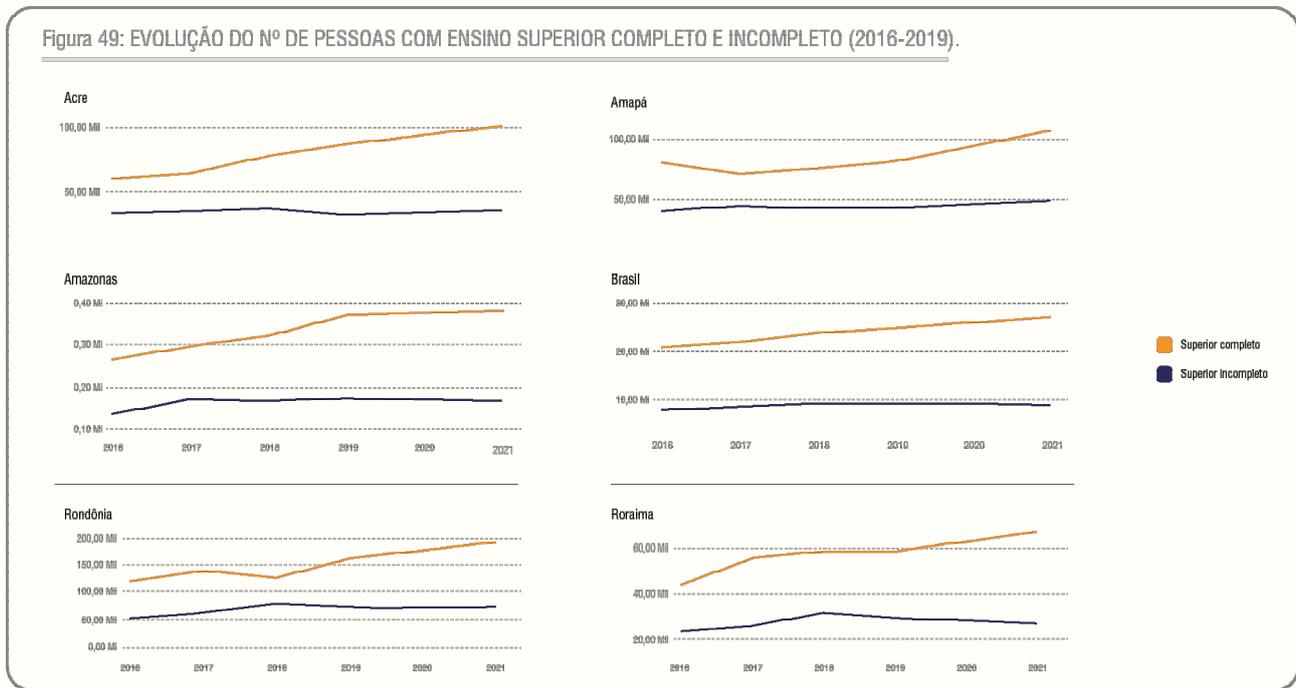
No Acre, cerca de 13,7% da população possui um diploma em universidade ou faculdade, enquanto em Roraima são 14,7%, no Amapá, 14,57%, em Rondônia, 12,3% e, no Amazonas, 11,26%. A média nacional é de 14,71% e nenhum dos estados analisados apresentou pessoas com ensino superior completo acima da média nacional. Quando é observada a evolução do número de pessoas com títulos em centros

de ensino superior, o Acre apresentou um aumento de 65,5% entre 2016 e 2021. Esse total foi de 35,44% no Amapá, 43,77% no Amazonas, 59,16% em Rondônia e 52,27% em Roraima. No mesmo período, o crescimento nacional foi de 30%, indicando que a Região Norte, especialmente o Estado do Acre, está avançando mais que outras regiões do País, quando o assunto é expandir o acesso à Educação Superior.



Fonte: SIDRA-IBGE (2023).

Figura 49: EVOLUÇÃO DO Nº DE PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO E INCOMPLETO (2016-2019).



Fonte: SIDRA-IBGE (2023).

No contexto nacional, as pessoas brancas constituem o grupo dominante entre os que têm ensino superior completo, abrangendo cerca de 63,68% de todos os títulos. Na Região Norte a situação é diferente, com maior dominância de pessoas pretas, pardas ou indígenas (PPI) nessa métrica. Em 2019, na Região Norte, 65,68% das pessoas com títulos em instituições de ensino superior se declararam pretas, pardas ou indígenas. Podemos correlacionar esse elevado índice com a formação demográfica na história da região, onde prevalecem pretos, pardos ou indígenas, superando em mais de 70% todos os demais estados, como foi observado no relatório de Demografia.

Os dados do IBGE mostram que 71% das pessoas com ensino superior eram autodeclaradas pardas e pretas, um volume acima da média regional. Outros estados da região apresentaram 65,61% (Amazonas), 74,66% (Amapá), 57,36% (Rondônia) e 59,64% (Roraima). Em todos os estados, especialmente no Acre, a população de pretos, pardos ou indígenas (PPI) cresceu junto com o total. Entre os anos 2017 e 2018, a população acreana com ensino superior e autodeclarada branca diminuiu em um total de 1.000, enquanto a população preta e parda aumentou em 7 mil, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

Figura 50: EVOLUÇÃO DO Nº DE PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO E INCOMPLETO (2016-2019).

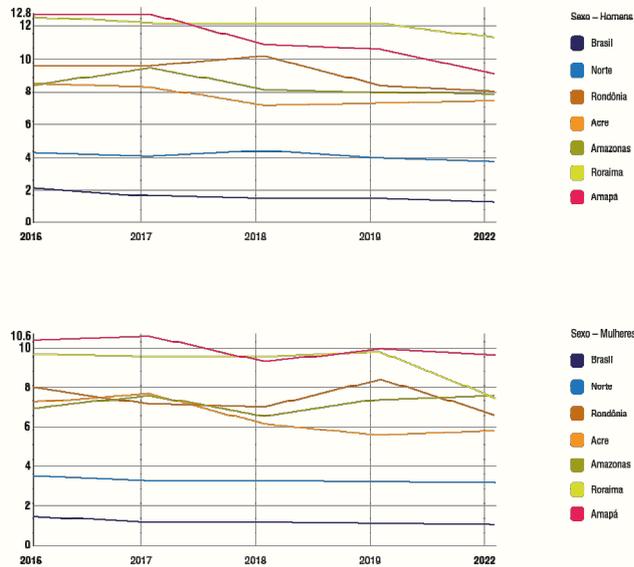


Fonte: SIDRA-IBGE (2023).

No recorte por sexo, considerando pessoas com mais de 25 anos, as mulheres detinham, em 2022, a liderança na posse de diplomas em instituições de ensino superior em nível nacional, regional e estadual (Acre). Nacionalmente, cerca de 21,3% das mulheres possuíam diplomas de nível superior, enquanto entre os homens esse total foi de 16,8%. A Região Norte tem percentuais menores, comparada com o Brasil, que apresenta 18,7% das mulheres e 12,5% dos homens com um diploma de ensino superior. O Acre tem uma quantidade maior, tanto para mulheres quanto para homens, seja em comparação com o cenário nacional ou regional. Cerca de 23,3% das mulheres e 17,1% dos homens, no Estado do Acre, cursaram o ensino superior completo.

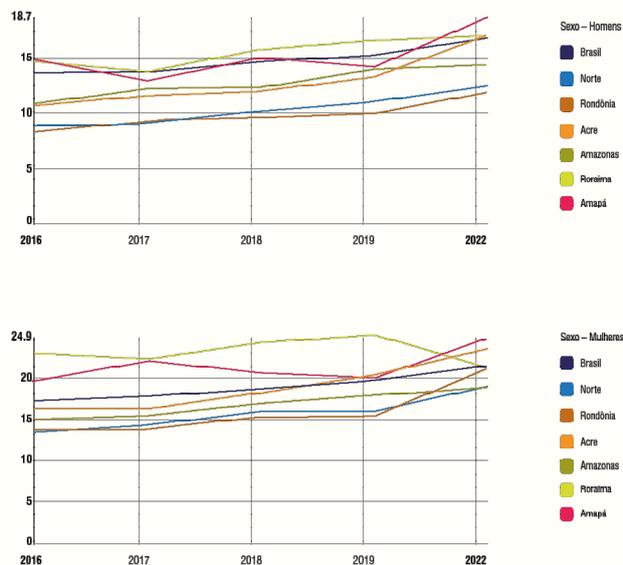
Com os dados de 2022, o Acre tem o segundo maior volume de pessoas (homens e mulheres) com ensino superior completo na Região Norte, ficando atrás somente do Amapá. No que se refere ao crescimento da população com ensino superior, o Estado ficou dentro da média da Região Norte, variando de 5,8% a 7%, entre 2016 e 2022, com as mulheres apresentando crescimento menor quando comparado com o crescimento entre os homens. A variação no Estado foi bem maior do que os índices regionais e nacionais, tanto para mulheres quanto para homens, como pode ser observado a seguir.

Figura 51: PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DE ENSINO SUPERIOR, POR SEXO (2016 - 2022)



Fonte: SIDRA-IBGE (2023).

Figura 52: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO (MASCULINA E FEMININA) COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (2016 - 2022)



Fonte: SIDRA-IBGE (2023).

